

Temas pastorais



03 Convite papal à Vida Consagrada:
passar da
autorreferencialidade
para a “cultura do encontro”
Nicolau João Bakker, svd

13 Famílias em segunda
união: um desafio
evangelizador
Wladimir Porreca

21 A humanização e a
desumanização do
trabalho
Ivonil Parraz

27 Comunicação e
paróquia: alguns pontos
básicos e concretos
Helena Ribeiro Crépin,
Natividade Pereira, fsp

37 Roteiros homiléticos
Maria de Lourdes Corrêa Lima

Não deixe seu Natal Passar em branco

Neste Natal deixemos que as **cores preencham**
nossos corações com tons de fé, amor e esperança.

Com alegria anunciemos a Boa Notícia:
nasceu para nós o Salvador!



PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br


PAULUS

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

É um desafio para a Igreja e para a pastoral – que é sua ação concreta – conciliar os ideais das “verdades eternas e imutáveis” com as realidades concretas que se apresentam na vida. Há ideias e regras da Igreja comumente vistas por seus próprios membros (e, mais ainda, por quem olha de fora com certo ceticismo) como distantes da realidade. Muitas regras e ideais, a própria Igreja tem dificuldade de alcançá-las minimamente. Por exemplo, como cumprir o mandamento da participação na eucaristia aos domingos nas comunidades sem sacerdote, ainda mais quando um número imenso delas tem missa uma ou duas vezes por ano, se tanto? Há alguns anos se proibiu o sacramento da reconciliação penitencial com absolvição comunitária, sendo prescrita sua administração apenas por meio da confissão individual, como determina o Código de Direito Canônico. Mas como proceder se faltam padres até para celebrar a eucaristia uma vez por ano em tantos lugares? Salvo raras exceções, até mesmo onde há mais padres, verifica-se enorme dificuldade em atender às necessidades dos fiéis que seguem a estrita observância das regras e mandamentos.

Há muitas outras questões, algumas das quais são temas de reflexão nos artigos desta edição. Como exemplo, a família e a exclusão da comunhão dos casais em segunda união, tema sobre o qual o papa Francisco vem convidando toda a Igreja à reflexão, até por meio de um sínodo. A Igreja continua trabalhando com o modelo de família composta de pai, mãe e filhos, mas a realidade se nos apresenta de maneira muito diversificada. Por exemplo, no caso do Brasil, o censo do IBGE de 2010 indica que a maioria das formas familiares é monoparental, chefiada por mulheres (IBGE, 2010). Um contingente enorme de pessoas é assolado por sentimentos de exclusão, de indignidade, de condenação e – no caso daquelas em segunda

união – de sofrimento, para além do sofrimento já experimentado com o fracasso do matrimônio. Sem abrir mão dos ideais e do princípio da Verdade, é preciso cultivar uma sensibilidade pastoral maior, como tem convidado o papa, e também usar o princípio da misericórdia, como sugere Pe. Wladimir Porreca, estudioso do tema há anos, em seu artigo a seguir.

Quanto à vida consagrada, também tema de um dos artigos desta edição, o esvaziamento, o declínio das vocações, o clima de desânimo no ar não refletem um distanciamento da realidade? No artigo a seguir, Pe. Nicolau Bakker discute o questionamento feito por uma corrente intelectual atual sobre as religiões institucionalizadas, aplicando-o também à vida consagrada: essas formas, ao invés de promover a espiritualidade, não a estariam abafando?

Outra postura que tem aparecido com força, sobretudo nos segmentos mais conservadores da Igreja, é tratar as questões de gênero presentes no mundo de hoje apenas como uma ideologia, a suposta “ideologia de gênero” (tema não tratado nesta edição de *Vida Pastoral*, mas objeto de reflexão em uma das edições de 2014). Esse enfoque parece deixar de lado a evolução que houve no estudo dessas questões no âmbito das ciências humanas, sociais e, também, biológicas, médicas e, inclusive, na teologia.

Diante desses e de tantos outros desafios eclesiais e pastorais contemporâneos, o papa Francisco faz à Igreja um convite não ao desânimo e ao fechamento, mas à superação da autorreferencialidade e à celebração da “cultura do encontro”. O encontro com o mundo de hoje significa dialogar e interagir com tais realidades, sem a pretensão de simplesmente transmitir informações e ensinar, mas buscando também receber e aprender.

Pe. Jakson Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Claudiano Avelino dos Santos, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustração da capa Lúcio Américo de Oliveira
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editoração Fernando Tangi

Revisão Caio Pereira, Alexandre Santana, Tiago José Risi Leme
Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br / www.paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 20/22
Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Convite papal à Vida Consagrada: passar da autorreferencialidade para a “cultura do encontro”

Nicolau João Bakker, svd*

Há certo desânimo no ar em relação à Vida Consagrada. Se tanto o papa Francisco quanto o prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada insistem em “alegria”, é razoável supor que alguma nuvem de tristeza atingiu os religiosos. A Modernidade olha para a Vida Consagrada de forma bastante cética e desconfiada. Se esta não der testemunho de algo que realmente traz alegria, felicidade e proveito ao ser humano, provavelmente não terá êxito no século XXI.

*Missionário do Verbo Divino, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Foi educador popular no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de S. Paulo (CDHEP/CL), onde coordenou o programa de formação de lideranças comunitárias e o de combate à violência urbana. Lecionou Teologia Pastoral no Itesp (SP). De 2000 a 2008 foi vereador, pelo PT, no município de Holambra (SP). Atualmente atua na pastoral paroquial em Diadema (SP). Além de cartilhas populares, publicou diversos artigos em *Vida Pastoral*, *REB*, *Convergência* e *Grande Sinal*.
E-mail: nijlbakker@hotmail.com

Introdução

Ao entrar, recentemente, numa casa paroquial, surpreendi-me com dois quadros na parede, um do papa Bento XVI e outro do papa Francisco. O papa Bento meio carrancudo, sério, visivelmente contrariado com tanta relativização das verdades eternas, às quais, como professor de teologia, dedicou a sua vida e o seu pontificado. O papa Francisco, ao contrário, muito sorridente, jovial e alegre, encarando tudo de forma mais esperançosa. Dois símbolos de uma Igreja ora mais preocupada com o mal que a cerca, ora mais confiante na presença do Espírito que tudo renova.



O papa Francisco fez do ano de 2015 o “Ano da Vida Consagrada”. Não me surpreende que, em sua *Carta apostólica às pessoas consagradas* (2014), ele diga esperar que seja sempre verdade o que já afirmou em outra ocasião (a seminaristas e noviças): “Onde há religiosos, há alegria” (2.1). Alegria é também a nota característica de sua primeira exortação apostólica, *Evangelii Gaudium* (2013), que se inicia dizendo: “A alegria do evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus”. Pelo mesmo motivo, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica dá à sua Carta Circular aos Consagrados e Consagradas (2014) o título de *Alegrai-vos*. Toda a carta da congregação aprofunda, biblicamente, o convite papal à alegria. Especialmente em Isaías e nos Salmos, a palavra “alegria” evoca a presença de Deus na história de Israel. Da mesma forma, no Novo Testamento, o sentimento de alegria antecede o nascimento do Salvador e acompanha a boa notícia da difusão do Reino. Para Paulo, a alegria é fruto do Espírito (Gl 5,22). Tristeza é só para os que não têm esperança (1Ts 4,13). A alegria é também o dom messiânico por excelência. Como ter tristeza quando estão para se realizar “as núpcias do Cordeiro. Felizes os convidados!” (Ap 19,9)?

No presente artigo, gostaria de ressaltar a íntima relação entre a espiritualidade da Vida Consagrada e a ação pastoral. É por meio do fortalecimento dessa relação que o papa Francisco quer dar novo rosto à Igreja.

1. A espiritualidade como berço da pastoral

A pastoral, na sua forma mais simples, pode ser definida como “a ação concreta da

Igreja”. Por isso, em si mesma, essa ação não é boa nem má, ela simplesmente é o que é. Historicamente, a ação da Igreja passou por fases muito distintas. Na sua feição externa, uma é a Igreja da era patrística, outra, a da cristandade, e mais outra, a da modernidade. Há uma “cosmovisão” de fundo que, com o passar do tempo, faz ver tudo em nova perspectiva, também e especialmente nosso modo de pensar sobre Deus e o Sagrado. Escrevi mais detalhadamente sobre isso em *Vida Pastoral*, n. 278, 279, 281 (2011) e 282 (2012).

“Há uma ‘cosmovisão’ de fundo que, com o passar do tempo, faz ver tudo em nova perspectiva, também e especialmente nosso modo de pensar sobre Deus e o Sagrado.”

O tempo e o lugar dão à Igreja – e à pastoral – um rosto próprio. Poderíamos dizer também: uma “riqueza” própria. Entendemos isso melhor quando percebemos que o berço da pastoral é a própria espiritualidade.

Em perspectiva antropológica, podemos dizer: a espiritualidade nasce com o próprio ser humano. O cérebro humano evoluiu lentamente, e as fases de sua evolução ainda podem ser detectadas com facilidade na “fisionomia” cerebral. Tão logo criou consciência de si mesma, a humanidade voltou-se para Deus, ou para o mundo do Sagrado, numa diversidade cultural impressionante. Em sua existência individual e coletiva, em busca de uma vivência, convivência e sobrevivência feliz, o ser humano se percebe radicalmente dependente, insuficiente e falho. Percebe também que pode “superar-se a si mesmo” e encontrar uma felicidade maior por meio de esforços mais intensos e uma inserção social mais colaborativa. As grandes religiões humanitárias – como também as “pequenas” – são as expressões mais evidentes dessa busca humana por uma existência bem-sucedida. Por isso, alguma forma de espiritualidade marca todas as sociedades e todas as pessoas. A longa e riquíssima tradição cristã nos deu a impressão de sermos os úni-



cos e os melhores, mas a moderna “consciência inter-religiosa” nos pede grande cuidado. Temos muito a aprender uns com os outros.

Vale a pena prestar atenção aqui numa discussão acadêmica atualmente em destaque. Recentemente a imprensa repercutiu em reportagens o trabalho do neurocientista americano Sam Harris, autor do livro *A morte da fé* (Companhia das Letras, 2009). Ele faz parte do grupo de cientistas do assim chamado “novo ateísmo”. Após ler centenas de livros sobre religião, Harris diz ter chegado à conclusão de que as religiões institucionalizadas, ao invés de estimular a espiritualidade, acabam com ela. Assim como Marx, 150 anos atrás, viu na religião um “ópio”, esses cientistas veem nas religiões uma “ilusão da mente”. Estimam a espiritualidade, mas não a pretensão das Igrejas de monopolizá-la ou mesmo orientá-la. As instituições religiosas, para eles, não representam o trigo, mas o próprio joio a ser arrancado. A ciência, de fato, embora ainda de forma rudimentar, descobriu que a “experiência mística” não é privilégio ou exclusividade da Vida Consagrada ou dos mosteiros. Ela é universal e traz uma carga elevada de positividade em termos de compreensão do contexto individual e coletivo – uma mente “iluminada” – e também em termos de disponibilidade para o bem comum. A muito afamada física (quântica) americana Danah Zohar observa que, nos nossos momentos mais ricos em espiritualidade, os neurônios de determinada área do nosso cérebro – o “ponto Deus”, dizem alguns – vibram em total harmonia, em torno de 40 Hz (ciclos por segundo) (cf. *Inteligência espiritual*, Rio de Janeiro: Viva Livros, 2012). E isso de forma inteiramente independente de qualquer instituição religiosa. Para esses cientistas, basta a força dinamizadora dessa espiritualidade puramente humana para criar uma nova ética e moralidade, o “humanismo secular”.

Será? Voltarei ao assunto. Por enquanto,

Livro do Terço dos homens **Manual completo e explicativo**

Dom Gregório Paixão, OSB



O Terço dos Homens deseja resgatar, para o seio da Igreja de Cristo, os homens de todas as idades, classes e culturas, pois é notória a sua presença em todas as atividades humanas, mas com visível ausência nas fileiras da Igreja. Entretanto, o Terço dos Homens não se prende apenas à presença masculina. Ele quer atingir toda a família dos participantes, colaborando com a formação de lares verdadeiramente cristãos, de convivência harmônica e verdadeiras expressões da fé católica. Dessa forma, busca-se no exemplo da Sagrada Família o referencial para uma vida feliz e serena, onde todos, pai, mãe e filhos, se sintam cumpridores dos seus deveres, da vontade de Deus e da busca incessante da face do Altíssimo.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





basta perceber que a Modernidade olha para a Vida Consagrada de forma bastante cética e desconfiada. Se não der testemunho de algo que realmente traz alegria, felicidade e proveito ao ser humano, ela provavelmente não terá êxito no século XXI. O papa Francisco não é apenas o papa de rosto sorridente, é também um papa de grande inteligência e convicções espirituais profundas. Inicia sua carta dizendo: “Escrevo-vos como sucessor de Pedro..., e escrevo-vos como vosso irmão, consagrado a Deus como vós”. Ele tem plena consciência da íntima relação entre ação pastoral e espiritualidade. A pastoral, em todas as suas ricas e variadas manifestações, ou se alimenta de espiritualidade ou não passa de uma etiqueta mentirosa que nada diz sobre o conteúdo da garrafa.

2. Vida Consagrada: convite a algo mais

O cardeal João Braz de Aviz, atual prefeito da mencionada congregação, observa na sua Carta Circular que não vê a Vida Consagrada como um “modelo de perfeição”, segundo concepções do passado. Todos os cristãos (e cristãs) são chamados à vivência “radical” do evangelho. No entanto, deve existir “algo especial”, na linha do profetismo. Algo que vai além das “argumentações institucionais e justificações pessoais”.¹ Na realidade, não é fácil definir em que consiste exatamente esse “algo mais” da Vida Consagrada. O Decreto Conciliar (Vaticano II) *Perfectae Caritatis* praticamente se limitou à exigência de “renovação”. O cap. VI da *Lumen Gentium*, dedicado aos religiosos, vê os conselhos evangélicos como um aprofundamento da

consagração batismal, um “sinal” que indica que o povo de Deus não tem na terra a sua cidade permanente (LG 44). O estado religioso torna seus seguidores mais livres das preocupações terrenas e os consagra mais intimamente ao serviço divino.

É especialmente na Exortação Apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata* (1996) que o algo especial da Vida Consagrada é aprofundado. O sínodo fora convocado exatamente

“O papa Francisco não é apenas o papa de rosto sorridente, é também um papa de grande inteligência e convicções espirituais profundas.”

“para aprofundar seu significado e as suas perspectivas em ordem ao novo milênio”. Ela vê a Vida Consagrada como um “dom do Espírito Santo” que vai além da consagração batismal. Os conselhos evangélicos representam um seguimento radical de Jesus Cristo pobre, casto e obediente, “sendo o vínculo sagrado da castidade pelo Reino o primeiro e

mais essencial deles” (n. 14 e 32). O documento alerta para um possível equívoco: “O desejo louvável de solidarizar-se com os homens e mulheres do nosso tempo... pode levar a um estilo de vida secularizado, ou a uma promoção de valores humanos em sentido puramente horizontal” (n. 38). Os religiosos, porém, devem ser “peritos em comunhão” e “espiritualidade de comunhão”, sendo que, dessa forma, “a comunhão abre-se para a missão e converte-se ela mesma em missão” (n. 46). “A missão é essencial para cada Instituto, não só nos de Vida Apostólica, mas também nos de Vida Contemplativa” (n. 72). Diz o documento ainda que “a Vida Consagrada não se limitará a ler os sinais dos tempos, mas há de contribuir também para elaborar e atuar novos projetos de evangelização para as situações atuais” (n. 73). E ainda lembra: “O caráter profético da Vida Consagrada foi posto em grande relevo pelos Padres Sinodais” (n. 84).

Há um dado que, em todos os documentos, sempre volta à tona. Diz *Perfectae*

¹ *Aprofundo essa espiritualidade em Convergência* 468 e 470 (2014).



Caritatis (n. 2e): “As melhores adaptações às necessidades do nosso tempo não surtirão efeito se não forem animadas da *renovação espiritual* que sempre... deve ter a parte principal”. A *Vita Consecrata* vê na espiritualidade dos conselhos evangélicos um “significado antropológico profundo” (n. 87). Que nossos irmãos – e irmãs – ateístas nos perdoem, mas não basta um humanismo meramente “secular”. Este, em princípio, é bem-vindo, pois representa o “berço” a partir do qual todo ser humano inicia sua caminhada espiritual nesta terra sempre cheia de ambiguidades e imperfeições. Mas é exatamente sobre essa base que as grandes e pequenas tradições religiosas constroem suas espiritualidades específicas, tendo em vista sua resistência, aprofundamento e dinamização. Seja no budismo, no hinduísmo, no taoísmo ou no cristianismo, encontraremos a presença constante de centros de espiritualidade – mosteiros, *ashrams* (Índia), *guans* ou *ans* (China), *Zen-deras* (Japão) etc. – nos quais as sociedades encontram sua fonte de inspiração e orientação. Quando esses centros deixam de inspirar a população, porém, quem deve se adaptar e renovar-se em primeiro lugar são os “mosteiros” ou os “religiosos”, e não a população. São os consagrados e as consagradas que devem ser os “sinais” do algo mais. “Sua luz deve brilhar diante dos homens” (Mt 5,16). O Ano da Vida Consagrada é uma oportunidade para ela renovar-se, voltando à fonte da qual surgiu.

3. Da autorreferencialidade à “cultura do encontro”

Dizem que há certo desânimo no ar. Se tanto o papa Francisco quanto o prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada insistem em “alegria”, é razoável supor que alguma nuvem de tristeza nos atingiu. Talvez a tristeza que surge quando não há clareza sobre o caminho a seguir, ou então

Introdução à cristologia latino-americana **Cristologia no encontro com a realidade pobre e plural da América Latina**

Alexandre Andrade Martins



Alexandre A. Martins apresenta um ensaio cristológico que foi gestado no meio do povo simples latino-americano e sua experiência de um Deus encarnado na história: “É um texto que coloca duas realidades juntas: a academia, onde a fé é objeto de reflexão, e a comunidade de base, onde a fé é vivida”. Esse ensaio apresenta aos leitores como as diversas áreas da teologia estão relacionadas e formam uma unidade em torno do mistério de Cristo e da experiência de fé da comunidade cristã.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





a que se abate sobre nós quando perdemos de 7 a 1 em alguma competição. De fato, há muitos motivos para preocupação, e não somente na Vida Consagrada. A Igreja toda está como que na berlinda. Basta lembrar alguns exemplos. O impressionante avanço do pentecostalismo é um deles. O abandono de um milhão de católicos por ano é mais do que preocupante. Ainda não temos uma estratégia pastoral adequada para “segurar” o nosso rebanho. Existe um sentimento generalizado entre os teólogos e as teólogas de que é preciso mexer na doutrina do ministério ordenado, mas qual o caminho? Predomina a falta de coragem. Um dos problemas de fundo é a falta de sintonia entre a Cúria Romana e o senso comum dos cristãos nas questões de fé, o *sensus fidelium* dos fiéis declarado “infalível”

em LG 12. O papa Francisco encarregou-se de implementar a reforma da Cúria, mas tudo leva a crer que, mais uma vez, nada substancial irá ocorrer. O Concílio Vaticano II abriu portas e janelas, mas elas foram cuidadosamente fechadas mais uma vez. Temos dificuldade de lidar com o vento impetuoso do Espírito que deu origem à Igreja.

A Vida Consagrada enfrenta dificuldades parecidas. Foram-se os bons tempos, quando milhares de mosteiros europeus puderam dar sustentação a uma cristandade em geral ávida para acolhê-los. As inúmeras obras de caridade – asilos, escolas, hospitais, orfanatos etc. – que deram visibilidade às novas fraternidades e irmandades religiosas surgidas na Modernidade foram, em geral, assumidas por governos laicos. Como ser “sinal” sem obras? E as numerosas novas congregações missionárias que encontraram espaços de atuação quando se romperam os estreitos limites geográficos do passado? Qual missão resta quando o medo do inferno se desfaz e a teologia do pluralismo religioso ressalta a presença

benevolente de Deus em todas as religiões? Isso sem falar da enorme onda de secularização, nos países desenvolvidos, que pôs fim às vocações. Aliás, uma secularização em fase de mundialização, à medida que o mundo todo se escolarizar e se sujeitar à cultura urbana ocidental. Preocupações não faltam. Há muito mais perguntas do que respostas. É neste clima eclesial um tanto quanto desanimado ou estressado que o papa Francisco foi eleito. Mas o papa não parece estar desanimado ou então percebe o “desânimo pastoral” (EG 82) e está em busca de uma reversão. Sua primeira exortação, *Evangelii Gaudium*, é um grito forte de alegria e esperança (n. 1 a 13). Quem realmente crê que a Igreja é guiada pelo Espírito só tem motivo para “estremecer de alegria” (Lc 10,21). Nunca cabe “cara de funeral” (EG 10).

Qual é o ponto central ao qual o atual sucessor de Pedro dedica toda a sua atenção? Para quem analisa com cuidado o que tem escrito e falado nestes primeiros anos de seu pontificado, não pode haver dúvida: a Igreja deve superar a sua autorreferencialidade e, com confiança no Espírito, adotar, decididamente, a “cultura do encontro”. O papa quer uma Igreja decididamente missionária, uma Igreja em atitude de “saída”, isto é, na rua, na sociedade, nas “periferias existenciais” (*Carta apostólica*, n. 2.4) do povo, em especial do povo pobre. Na exortação EG, ele faz dessa ideia-chave o fio condutor do documento, até certo ponto dando sequência ao *Documento de Aparecida*, em parte obra de suas mãos. Fazendo suas as palavras de João Paulo II, observa que a atividade missionária ainda hoje representa “o máximo desafio” da Igreja e “a primeira de todas as causas” (*Redemptoris Missio*, n. 40 e 86). É “o paradigma de toda a obra da Igreja”, complementa (n. 15). Já

**“O Concílio Vaticano II
abriu portas e janelas,
mas elas foram
cuidadosamente
fechadas mais
uma vez.”**



no primeiro capítulo fala da Igreja em saída (n. 20). A comunidade missionária deve “ir ao encontro, procurar os afastados e... convidar os excluídos” (n. 24). Ela deve constituir-se “em estado permanente de missão” (n. 25; cf. DAp 201). O papa diz “sonhar” com uma Igreja dedicada “mais à evangelização do mundo atual do que à autopreservação”, uma Igreja livre de qualquer “introversão eclesial” (n. 27). “Um coração missionário... nunca se refugia nas próprias seguranças... ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada” (n. 45). “Mas a quem a Igreja deveria privilegiar? Sobre tudo aos pobres e aos doentes... àqueles que não têm com que te retribuir” (n. 48; cf. Lc 14,14). Encerra o primeiro capítulo da seguinte forma: “Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus nos repete sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’” (n. 49; cf. Mc 6,37).

Especialmente no segundo capítulo, o papa pede uma Igreja que – em oposição à “globalização da indiferença” e à “espiritualidade sem Deus” – vá “ao encontro”. São muitas as passagens: n. 54; 63; 70; 74; 78; 87-92. Particularmente os(as) agentes pastorais são convidados(as) a abandonar os “espaços pessoais de autonomia” (n. 78), o “pragmatismo cinzento da vida cotidiana” (n. 83), o “veneno amargo da imanência” (n. 87), como também o “neopelagianismo autorreferencial” (n. 94), o “mundanismo espiritual” e o “funcionalismo empresarial” (n. 95). O papa percebe certa “falta de cuidado pastoral com os mais pobres” e a “inexistência de um acolhimento cordial nas nossas instituições” (n. 70). É preciso redescobrir a “mística” de viver juntos (n. 87), “abraçar o risco do encontro com o rosto do outro” e praticar “a revolução da ternura” (n. 88), longe

Buscadores cristãos no diálogo com o islã

Faustino Teixeira



Esta obra faz parte de um amplo projeto de pesquisa do CNPq voltado para o tema do diálogo inter-religioso. O foco deste volume é a candente questão dos buscadores cristãos no diálogo com o islã. Todos sabemos da importância que esse colóquio ganha nas últimas décadas, assinalando a urgência de um dos desafios mais essenciais neste século XXI: a paz entre as religiões. Os autores aqui abordados são ainda em parte desconhecidos dos leitores brasileiros, mas foram fundamentais no processo de abertura da Igreja Católica aos irmãos muçulmanos, que se iniciou com o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





de qualquer “autocomplacência egocêntrica” (n. 95). “Deus nos livre de uma Igreja munda na sob vestes espirituais ou pastorais!” (n. 97).

4. Vida Consagrada: não deixar morrer a profecia!

Gostaria de voltar, antes de tudo, à perspectiva antropológica. Ela está recuperando espaço na teologia, mas ainda de forma muito tímida. Se nos limitarmos às grandes tradições religiosas, vejo que todas ressaltam três dimensões fundamentais: 1) vivenciar e testemunhar o que é mais essencial na tradição religiosa; 2) estar a serviço das necessidades religiosas da população; 3) levar a riqueza da tradição religiosa a quem dela sinta falta. Em cada tradição religiosa, as três dimensões estão presentes numa variedade imensa e sempre sujeitas às transformações culturais do tempo. Não é difícil perceber que a primeira dimensão corresponde ao que, no cristianismo, conhecemos como “Vida Contemplativa”, a segunda como “Vida Ministerial” e a terceira como “Vida Religiosa Apostólica ou Missionária”.

Não sou especialista na área, mas creio que as três dimensões mencionadas estejam presentes também nas “pequenas” tradições religiosas em qualquer lugar do mundo, hoje e sempre. Por quê? Porque as três são indispensáveis à felicidade humana, tanto a individual quanto a coletiva. Na tradição judaico-cristã (e islâmica), tem-se dado prioridade, por séculos e mais séculos, à doutrina, à “ortodoxia”. Esta nunca foi desligada, porém, do objetivo maior da “vida plena” (Jo 10,10), almejada por Jesus. Hoje, especialmente nas questões de moral e ética, é importante ressaltar que o objetivo maior da vida cristã não é a fidelidade a uma doutrina, mas a fidelidade à felicidade humana. Formulações doutri-

nárias estão presas às linguagens e compreensões das épocas, a felicidade humana não. Esta tem sua “permanência antropológica”. Ora, cabe à Vida Consagrada – nas suas três dimensões – demonstrar que a completa felicidade humana não se encontra nesta terra. A pregação de santo Agostinho continua válida: somente em Deus o coração humano encontra repouso. Não basta o humanismo secular. Bem que Bento XVI dizia: “O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano” (CV 78).

Há algo que a nossa pastoral latino-americana costuma esquecer: a lição fundamental da “secularização”. Num país secularizado, especialmente no seu viés ocidental, as vocações à Vida Consagrada quase que desaparecem por completo. O Brasil já deu forte arrancada nesse processo de secularização. No mundo ocidental, hoje fortemente laici-

zado, em grande medida, apenas os bens materiais são valorizados, disponibilizados e propagados. Neste mundo, os mosteiros dedicados a Mamom, os sacerdotes do Mercado e os missionários da espiritualidade secular estão onipresentes. E quais são os(as) agentes pastorais capacitados(as) para “reverter” a situação? Creio firmemente que não serão os poucos religiosos ou religiosas que “sobram”. Será, em primeiro lugar, a própria “insatisfação antropológica” que possibilitará a reversão. A vida exclusivamente materialista não satisfaz. Ao contrário, apesar de sua atratividade passageira, repugna. Na nossa modernidade avançada, os primeiros sinais da reversão já estão presentes. Hoje, até os ateístas mais militantes já reconhecem que alguma forma de espiritualidade se faz necessária.

Qual a mensagem do papa Francisco à Vida Consagrada? Na sua *Carta apostólica às pessoas consagradas*, diz: “Vós não tendes apenas uma história gloriosa para recordar e nar-

**“É preciso sair do
ninho e perguntar-
nos: como está a
minha fecundidade
espiritual e a
minha fecundidade
pastoral?”**



rar, mas uma grande história a construir!” (introd.; cf. *Vita Consecrata*, n. 110). E o prefeito atual da Congregação para os Institutos da Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica acrescenta, na Carta Circular: No Ano da Vida Consagrada, são esperadas “ousadas decisões evangélicas” (n. 1). É preciso “sair do ninho” (n. 10) e “perguntar-nos: como está a minha fecundidade espiritual e a minha fecundidade pastoral (n. 12)?” Aí entra o que parece ser uma das ideias-chave do pontificado e da carta do papa Francisco: o que mata a Igreja em geral, e a Vida Consagrada em especial, é a “doença da autorreferencialidade” (n. 2.3). A Igreja não foi feita para si mesma, muito menos a Vida Consagrada, seja qual for a sua dimensão. A luz que deve brilhar diante dos homens não pode ser colocada “debaixo do alqueire” (Mt 5,15). Não adianta “fazer arqueologia”, diz o papa, ou “cultivar inúteis nostalgias” (n. 1.1). É preciso retornar sempre de novo à “centelha inspiradora” dos(as) fundadores(as) (n. 1.1) e, mais ainda, à do próprio Jesus Cristo.

O papa não se limita a criticar a autorreferencialidade, mas também aprofunda o seu oposto: viver a “mística do encontro” (n. 1.2). “Tal como Jesus... comunicou a sua palavra, curou os doentes, deu o pão para comer, ofereceu a sua própria vida, assim também os fundadores se puseram ao serviço da humanidade, à qual eram enviados pelo Espírito, servindo-a dos mais diversos modos... A inventiva da caridade não conheceu limites” (n. 1.2). Uma Igreja “em saída” exige “viver com paixão (alegria!) o presente”. Há necessidade de “procurar juntos o caminho, o método” (n. 1.2). Para “fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão” (n. 2.3; cf. *Novo Millennio Ineunte*, n. 43), “os diferentes institutos... devem sair das fronteiras do próprio instituto para elaborar em conjunto, a nível local e global, projetos comuns de formação, de evangelização e de intervenções sociais” (n. 2.3).

CDs - Celebrando o dia do Senhor I e II **Cantos para Celebração da Palavra de Deus**

*Adenor Leonardo Terra
e Coral Nossa Senhora Aparecida*



Com imensa alegria, a PAULUS tem o prazer de oferecer às nossas comunidades este material preparado especialmente para a celebração da Palavra de Deus por ministros leigos. A obra é composta por dois CDs. O primeiro oferece cantos de abertura, aspersão e partilha, e também refrãos à Palavra e canto pós-homilético. O segundo traz louvações adequadas a cada tempo litúrgico. “Deus da vida, celebramos Tua glória, por teu Filho. Na Palavra encontramos Força e vida no caminho.”

Imagens meramente ilustrativas.

**Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625**

**VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br**





Ocasionalmente parece que o papa Francisco interpreta a opção preferencial pelos pobres numa linha puramente assistencial. Sem dúvida não concebe a Igreja cristã sem “sinais” claros de presença junto àqueles e àquelas que se encontram “à margem”. Não deixa de ver, porém, a limitação inerente a essa opção. O quarto capítulo de *Evangelii Gaudium* é inteiramente dedicado à questão. Diz o papa com todas as letras:

Os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais (n. 202).

E segue: “Qualquer comunidade da Igreja... sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade... facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado

em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios” (n. 207).

Tudo isso é válido para leigos(as), ministros ordenados ou qualquer outro(a) agente pastoral, mas, em especial, para a Vida Consagrada. Lembro, mais uma vez, a posição do prefeito da já citada congregação: o “algo especial” da Vida Consagrada está intimamente ligado à “linha profética”. E o papa diz: “a nota característica da vida consagrada é a profecia”, e “um religioso jamais deve renunciar à profecia” (n. 2.2). Dom Helder Câmara, em suas últimas palavras, confidenciou a um amigo: “Não deixem morrer a profecia”. Parece-me este o grande desafio que o papa apresenta à vida contemplativa, ministerial e apostólica: superar a autorreferencialidade e ir, com alegria e esperança, ao encontro da sociedade, do mundo. Essa pastoral, tão essencial, não é possível sem profunda “espiritualidade samaritana”. Que o Ano da Vida Consagrada nos inspire a beber mais copiosamente dessa fonte da nossa própria tradição religiosa e enriquecer-nos também com outras tradições religiosas para ir, em conjunto e mais decididamente, ao encontro das pessoas deitadas à beira da estrada. ●

“Qualquer comunidade da Igreja... sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade... facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual.”

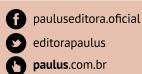
A Igreja e seus ministros

Uma teologia do ministério ordenado

A Igreja é uma comunidade articulada em diferentes funções. Todas elas provêm do Espírito de Deus. Esta obra trata de estabelecer a maneira como a Escritura e a Tradição nos apresentam o ministério ordenado, para posteriormente analisar a celebração do sacramento da ordem e o valor nela expresso. (328 páginas)

VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



Famílias em segunda união: um desafio evangelizador

Wladimir Porreca*

A instituição família passa por diversas mudanças, entre as quais se inclui o aumento das separações e a redução de casamentos legais e religiosos. Diante dessa realidade, a Igreja Católica, que defende a indissolubilidade do matrimônio, procura apoiar movimentos, pastorais e serviços que atendam, acolham, instruem e integrem na comunidade eclesial os membros das famílias em que os cônjuges estão em segunda união.

1. Iniciando a conversa

Como padre, psicólogo e pesquisador na área de família, deparei inúmeras vezes com a situação esperançosa e dolorosa de casais que se uniram pelo vínculo sacramental do matrimônio válido ou não, consumaram a união conjugal, se separaram e constituíram nova união. Esses casais normalmente se consideravam excluídos – ou se excluía – da vida comunitária da Igreja, na maioria das vezes por desconhecerem ou terem sido mal orientados e informados acerca dos ensinamentos “oficiais” da Igreja Católica acerca do matrimônio. Em seus relatos, esses casais em segunda união davam como verdadeiro e certo (oficiais) as orientações que recebiam de membros do clero e de agentes de pastorais. Orientações com conteúdo quase sempre fragmentado, sem considerar os princípios da misericórdia e da verdade, normalmente sem fundamento e com forte acento rigorista ou laxista, que gerava interpretações confusas e pouco aco-

*Wladimir Porreca é padre da Diocese de São João da Boa Vista (SP); doutor em Psicologia (USP) e Serviço Social (Unesp) e pós-doutorado em Psicologia (UnB). E-mail: wp@unb.br

lhedoras, aumentando o sofrimento desses casais (PORRECA, 2004).

2. Proposta evangelizadora

Como proposta para acolher e orientar evangelicamente os membros das famílias em segunda união, seria possível trilhar caminhos que levassem a considerar as mudanças societárias e culturais que influenciam a estrutura e dinâmica familiar; a assumir uma postura de compaixão pelo processo de separação/divórcio dos cônjuges dessas famílias; a entender de fato quem são as famílias em segunda união e direcionar as ações evangelizadoras com e nas famílias em segunda união pelos princípios da misericórdia e da verdade; e ainda, a utilizar o espaço privilegiado dos movimentos, pastorais e serviços eclesiais que atuam junto à família como lugar adequado para a acolhida e vivência comunitária das famílias em segunda união.

3. Breve histórico das mudanças na família

A partir de 1960, com a modernização societária e cultural, a sociedade brasileira vivenciou o crescente declínio da família patriarcal e dos princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais. A estrutura e a dinâmica da família modificam-se, principalmente, pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, pelos movimentos de contracultura, pela sexualidade desvinculada da geração de filhos e, ainda, pela influência da psicologia e/ou psicologismos direcionados à valorização do individualismo, do relativismo, do pluralismo e da competição. Os interesses individuais predominam sobre os interesses coletivos, levando os membros da fa-

mília a exigir muito mais da conjugalidade e parentalidade. A sexualidade compensadora se torna indispensável, o companheirismo e a amizade já não são considerados suficientes para manter o casamento. A busca da igualdade de direitos e deveres vai se instalando de forma complexa. Essas inúmeras mudanças passam a exigir uma reorganização do relacionamento conjugal e familiar. Os membros da família “moderna” aprendem a dividir as tarefas e responsabilidades da casa e da vida familiar de nova maneira; a dimensão de complementaridade perpassa a organização familiar (PORRECA, 2004).

Cria-se um mundo novo para a família, no qual tudo é possível, em que a novidade tende a sempre ser considerada o melhor e se convive com o paradoxo da cultura do diferente e o desejo igualitário. Essas mudanças afetam a família internamente, modificando os vínculos

e relacionamentos entre os membros, os papéis domésticos, a sexualidade, a fecundidade e a geração e educação de filhos. A geração de filhos, por exemplo, fica condicionada à condição financeira (filho tornou-se “custo”, “gasto”). Além disso, tais mudanças afetam-na também externamente, no que se refere às formas de sociabilidade que vigoram fora das relações familiares. Com estruturas relacionais bastante diversificadas e com limites variáveis, de cultura a cultura, a família assume ampla gama de formas. No Brasil, a maioria das formas familiares são monoparentais, chefiadas por mulheres (IBGE, 2010). Isso não significa que a família está desaparecendo, mas sim que estamos diante de um processo sociocultural de nova diferenciação da família. Estamos diante de um quadro social de mudanças que afetam o modelo nuclear da família e a ordenação da vida doméstica.

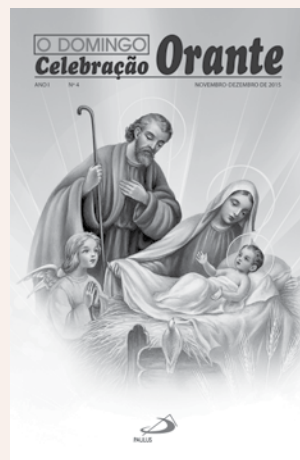
**“Isso não significa
que a família está
desaparecendo, mas
sim que estamos
diante de um
processo sociocultural
de nova diferenciação
da família.”**

De um lado, um conjunto de transformações sociais contribui para alterações nas condições de mulheres e de homens na família e na sociedade, para nova concepção de amor e de casamento, o qual deixa de ser considerado duradouro e é amparado pela legalização da separação conjugal. Apesar de o modelo de união eterna continuar a ser o ideal para algumas pessoas, muitas outras já não acreditam na indissolubilidade da união entre os cônjuges, tampouco na obrigatoriedade da manutenção de um casamento insatisfatório ou sem amor.

4. A separação é um fracasso

Mesmo considerando o contexto de mudanças na família brasileira, é importante recordar que ninguém, em sã e saudável consciência, se casa para separar/divorciar-se. É por isso que, quando se rompe a relação conjugal pela separação/divórcio, os membros da família, em especial os cônjuges, experimentam um sofrimento doloroso, cultivando o sentimento de fracasso. Os filhos também sofrem, normalmente se recusam a aceitar a separação num primeiro momento, mas, com o tempo e o empenho amigável e honesto dos pais, conseguem adaptar-se, não sem tensão e sofrimentos, à nova realidade familiar (PORRECA, 2012). De fato, os membros da família em segunda união são invadidos pelos sentimentos e realidades de perda e fracasso que perpassam a situação de separação. A dor vivida com a ruptura conjugal deixa os membros da família em estado de suspensão, de ausência de significados para a existência, quando não de empobrecimento. Ainda assim, os membros dessas famílias procuram superar o que lhes causou sofrimento e criam estratégias de resistência, mesmo quando estão fragilizados. Há casais que se casam de novo e apoiam outros a se casar, e os filhos adaptam-se à nova família, não sem sofrimentos e perdas. Nesse sentido, encontra-

O Domingo - Celebração Orante



Este periódico bimestral traz as celebrações – em base às leituras bíblicas do Diretório da Liturgia da CNBB – para os domingos e dias festivos; tendo sido pensado especialmente para as celebrações dos leigos. Segue-se através dele, a proposta de leitura orante, a partir do evangelho do dia. Essa leitura orante, por ter caráter mais pessoal, poderá ser feita no lugar e no tempo mais propícios a cada fiel. Para completar as celebrações e as leituras orantes, oferecemos cantos litúrgicos próprios dos respectivos bimestres, bem como orações várias da tradição da Igreja, que ajudam a alimentar a vida cristã.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mos muitos casais em segunda união que aconselham as pessoas a se casar, mas com amor responsável e maturidade de vida.

Sensíveis à realidade de sofrimentos na qual vivem os membros das famílias com a separação/divórcio conjugal, os padres sinodais, na III Assembleia Geral Extraordinária em preparação para o Sínodo da Família (8/10/2014), na *Relatio Synodi*, n. 45, apontam claramente a necessidade de opções pastorais corajosas, no que se refere às famílias que vivenciam a separação e o divórcio conjugal. Reconhecem que essa realidade constitui feridas que provocam sofrimentos profundos nos cônjuges que as experimentam e nos filhos. Apontam ainda a urgência de novos caminhos pastorais, que levem em conta a realidade efetiva das fragilidades familiares, conscientes de que, com frequência, estas são mais “padecidas” com sofrimento do que escolhidas com plena liberdade. Trata-se de situações diferentes, tanto por fatores pessoais como culturais e socioeconômicos. Por isso, os padres sinodais declararam ser necessário um olhar diferenciado, como sugeria são João Paulo II (cf. *Familiaris Consortio*, n. 84).

Entre os que se separam/divorçam, encontram-se muitos casais que procuram recomençar a vida conjugal e familiar e constroem nova relação conjugal e, quando possível, familiar.

5. As famílias em segunda união

Casar novamente conduz os membros da família à reorganização da sua vida afetiva, social, profissional e sexual. Uma reorganização que considera diversos desafios de vivenciar a nova relação com seus elementos e dinâmismos próprios. Entre os desafios, está a

construção de nova relação familiar, com características próprias, tendo por base vivências e modelos anteriormente experienciados da relação familiar precedente. Uma construção nova, formada por dois núcleos familiares, diferente da precedente relação conjugal e familiar, que formava um só núcleo. Isto é, as famílias em segunda união trazem em sua realidade a convivência, não sem tensão, de dois núcleos: o da família anterior, de cada cônjuge, com suas experiências próprias, e o

da atual. Existe uma ruptura nas relações, sobretudo da conjugal, mas não uma anulação do que foi construído e vivenciado na família precedente. Daí a dificuldade em estabelecer limites e vínculos, a qual muitas vezes gera certa confusão, ambiguidade e incerteza nas identidades e nos papéis dos membros da família em segunda união, até mesmo pela falta de nomenclatura dos papéis (padrastos ou

madrastas, tios/as, namorado/a da mãe ou do pai, filho/a ou enteado/o, e outros). Essa dificuldade se agrava quando os membros da família em segunda união buscam, numa árdua tarefa, estabelecer a forma de organização doméstica como se a anterior não tivesse existido, ou tentam tratar a segunda união como se fosse a primeira. Ou tratam a nova relação familiar como continuidade fragmentada da primeira. Querer vivenciar as relações familiares na segunda união como se ali existisse uma família em primeira união é condená-la ao fracasso. O empenho em viver numa realidade composta de dois núcleos como se ali existisse apenas um núcleo é desgastante, conflituoso e condiciona os membros da família em segunda união a não usufruir da nova relação com suas características próprias. Nesse sentido, observa-se uma dificuldade dos casais em segunda união de harmonizar suas visões educacionais dos filhos

“Os membros da família em segunda união são invadidos pelos sentimentos e realidades de perda e fracasso que perpassam a situação de separação.”

já existentes e, ainda, a interferência dos ex-cônjuges sobre os respectivos filhos. Para os casais em segunda união, é um desafio árduo acolher e integrar as histórias familiares precedentes e se adaptar à nova realidade familiar. Isso não significa categorizar ou julgar a moralidade de cada família, mas assumir e experienciar a realidade em que está inserida a vida familiar (PORRECA, 2012).

Outro desafio para as famílias em segunda união está no ideário de família fundado no modelo nuclear, isto é, composto de mãe, pai e filhos. É interessante observar o constante desafio desses casais de ressignificar e superar o individualismo e o relativismo que geram o pluralismo e a fragmentação, próprios do nosso tempo. A família em segunda união se empenha para estabelecer, à medida do que lhe é possível, pela própria condição em que se encontra, uma aproximação do ideal de família formada por pai, mãe e seus filhos. Essa atitude dos casais em segunda união demonstra o desejo, o amor, a estima e o reconhecimento deles pela família nuclear. Um modelo que continua a perpassar os papéis das diversas formas de família “moderna” (PORRECA, 2013).

6. Igreja Mãe e Mestra

Em relação às famílias católicas em segunda união, a *Familiaris Consortio* (1981) e a renovação do Código de Direito Canônico (1983) reiteram os ensinamentos do Vaticano II, subsidiando e corroborando as posições que a Igreja Católica latino-americana defendeu e militou desde os anos 1960. E com isso abriram oportunidades e possibilidades pastorais para as famílias católicas em segunda união. No Brasil, uma das iniciativas marcantes e oficiais de uma organização mais sistemática e estruturada da ação evangelizadora com os casais em segunda união aconteceu na Arquidiocese de Porto Alegre, com o casal Kleber e Laureci (Grupo Bom Pastor), objetivan-

O cérebro e o robô Inteligência artificial, biotecnologia e a nova ética

João de Fernandes Teixeira



Nos últimos dois séculos, o crescimento econômico, aliado ao progresso tecnológico, foi considerado um caminho indiscutível para o bem-estar, a saúde e a conquista de mais tempo para o lazer. Muitas pessoas acreditaram que a ciência e a tecnologia nos tornariam livres e felizes, e que isso se reverteria no aperfeiçoamento social e ético dos povos. No começo do século XXI, essa perspectiva mudou. A inteligência artificial, a nanotecnologia e a biotecnologia poderão produzir mudanças tão radicais que poderão pôr em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





do o acolhimento e a evangelização dos casais em segunda união e a reintegração deles na comunidade paroquial, por meio dos princípios da misericórdia e da verdade. Nesse período começaram a surgir, nas diversas localidades brasileiras, ações que evangelizavam famílias, por meio da CVF (Comissão de Vida e Família). A temática das famílias em segunda união começou a fazer parte dos encontros, congressos, assembleias e outras atividades eclesiais, com a preocupação de estudar e aplicar os princípios da misericórdia e da verdade. Da misericórdia: do acolhimento que, seguindo os passos da *Familiaris Consortio* (1981, n. 84), viesse a colaborar para que os casais em segunda união pudessem ouvir, ler e propagar com solicitude evangélica a Palavra de Deus; participar da celebração da eucaristia, fazendo o exercício da comunhão espiritual; perseverar na oração, de modo particular na adoração eucarística, estreitando os vínculos com Jesus Cristo eucarístico, e ainda, pela oração do terço em família, manifestar a devoção à Virgem Maria; batizar e, com ternura e propriedade, transmitir e educar os filhos na fé cristã. Atrelado ao exercício do princípio da misericórdia, como uma Igreja Mãe, está o da verdade, como uma Igreja Mestra que procura ensinar e propagar os ensinamentos do evangelho e do Magistério sobre o matrimônio e a família.

7. As famílias em segunda união e a Igreja Católica

Muitos casais católicos em segunda união desconhecem a importância, a sacralidade e o significado do sacramento do matrimônio quando se casam. Muitos dos casais em segunda união (PORRECA, 2004; 2013) admitiram que eram imaturos e não

estavam preparados para assumir um compromisso sacramental que fosse para sempre. Casaram-se porque era bonito ter a bênção na Igreja e também porque “todo o mundo” se casa na Igreja. Parece que muitos casais se casam com insuficiência de fé cristã/católica e quase sem noção e consciência do que estão celebrando, o que demonstra um questionamento sobre a validade do sacramento matrimonial. Essa realidade impõe à ação evangelizadora da Igreja o desafio de preparar os noivos para celebrar, de forma consciente e responsável na fé católica, o sacramento do matrimônio.

Sobre os posicionamentos da Igreja sobre a segunda união, os casais normalmente apontaram, com expressiva tristeza, as proibições de participar na comunhão eucarística na missa, de confessar e receber absolvição e, ainda, de não poder casar novamente na Igreja. A impossibilidade dessas práticas religiosas gerava uma experiência de

grande sofrimento, por se sentirem apartados, condenados, “no inferno”. A situação da indissolubilidade é considerada um valor por vários casais em segunda união (PORRECA, 2004), mas, quando a situam no plano de sua realidade pessoal, a postura e a fala modificam-se, e costumam mencionar algumas questões particulares que legitimariam o segundo casamento na Igreja. Essa postura indica a oscilação entre os preceitos católicos, de caráter genérico e coletivo, e as aspirações e experiências individuais dos sujeitos envolvidos, trazendo à tona um sentimento de infidelidade.

Contudo, o sofrimento mais relatado pelos casais em segunda união com relação à Igreja é não poderem participar da comunhão eucarística na missa. Essa privação gera socialmente, no ambiente religioso, a exposi-

**“Os casais
normalmente
apontaram, com
expressiva tristeza,
as proibições
de participar na
comunhão eucarística
na missa, de
confessar e receber
absolvição...”**

ção da situação irregular em que se encontram; psicologicamente, o enfrentamento da realidade da segunda união como proibição, uma sensação de indignidade e condenação. Poucos mencionam o valor da comunhão eucarística em si (PORRECA, 2013). O modelo de Igreja sacramental e a redução da celebração da missa à comunhão eucarística contribuem para que o sentimento de exclusão seja reforçado nesses casais.

No entanto, para muitos casais, o sofrimento causado pela impossibilidade da comunhão eucarística tornou-se recurso revitalizador de superação da dor e do sofrimento, pois os encaminhou a buscar possíveis soluções por meio da CVF na Igreja. Segundo seu relato, o sofrimento aumentava quando eram recebidos e acolhidos na vida comunitária eclesial com a apresentação do que eles “não podiam fazer”. O primeiro discurso que recebiam era o do “não pode”, seja por parte do clero, seja por parte de alguns agentes de pastores. Talvez se o “não pode” ocupasse um segundo momento no contato com os casais em segunda união, isso colaboraria e muito para o acolhimento e participação desses casais nas comunidades eclesiais. É bonito e esperançoso ler, no número 84 da *Familiaris Consortio*, talvez até como síntese da ação evangelizadora com as famílias em segunda união, as orientações do então papa João Paulo II sobre o acolhimento, a evangelização e a ação pastoral para com os casais em segunda união. Ele recomenda que seja examinada e aprofundada a pastoral dos casais em segunda união, aceitando que a condição humana é sujeita à fragilidade e ao fracasso, e também afirma que os casais em segunda união não são separados da Igreja, mas convidados a participar da vida em missão da Igreja, nos limites exigidos pela sua condição particular de divorciados. Recorda, ainda, aos pastores a grave responsabilidade de bem discernir as diversas situações desses casais, por amor à verdade.

Seguindo os passos do então papa João Paulo II, pode-se encontrar na *Relatio Synodi*, no n. 51 da III Assembleia em preparação ao Sínodo da Família (8/10/2014), o relato dos padres sinodais apontando para um discernimento atento e um acompanhamento de grande respeito com os casais em segunda união. Eles declaram que se deve evitar qualquer linguagem e atitude que os faça se sentirem discriminados, além de buscar promover a participação desses casais na vida da comunidade. E concluem: “Cuidar deles não é, para a comunidade cristã, uma debilitação da sua fé e do seu testemunho a propósito da indissolubilidade matrimonial, mas, ao contrário, é precisamente nesse cuidado que ela exprime a sua caridade”.

8. Espaço privilegiado na Igreja

Muitos casais em segunda união admitem que o discurso católico em relação à segunda união está sendo articulado para promover a integração entre a situação atual em que vivem suas famílias e os valores que a Igreja interpreta como imprescindíveis para a vida familiar. Consideram a atuação da CVF da Igreja junto a suas famílias um exemplo dessa articulação, pois esse espaço familiar na ação evangelizadora da Igreja favoreceu o redescobrimiento da posição e postura desses casais e seus filhos na vida comunitária eclesial e maior conscientização do clero e agentes de pastores sobre o significado do acolhimento e dos direitos desses casais. Os casais concordam que, depois de iniciar sua participação na CVF, adquiriram maior entendimento e se sentiram mais acolhidos e menos discriminados ou indignos. Na fraternidade da CVF, os casais em segunda união tiveram muitas oportunidades de estar com outros casais e, nas trocas de experiências e orientações humanas e espirituais, reuniram condições, orientações e subsídios para educar os filhos



na fé cristã. Nos encontros promovidos pela CVF, conheceram mais e melhor a doutrina da unidade e indissolubilidade matrimoniais e, na obediência a esses princípios, a certeza da infinita misericórdia de Deus. E ainda procuram cultivar o espírito e as obras de misericórdia, implorando assim, dia a dia, a graça de Deus para viver o espírito da Trindade santa como modelo de família, tal como vivido pela Sagrada Família. Enfim, os casais em segunda união, com seus sofrimentos e esperanças, poderão encontrar alento na Igreja, que é Mãe misericordiosa, para serem sustentados na fé e na esperança e ainda, pela graça batismal, poderão buscar, dia e noite, viver o ideal da família, no que lhes é possível, a serviço da comunidade na condição em que se encontram. Aos bispos, padres e agentes de pastorais cabe rezar por essas famílias, encorajá-las, promover esclarecimentos e ensina-

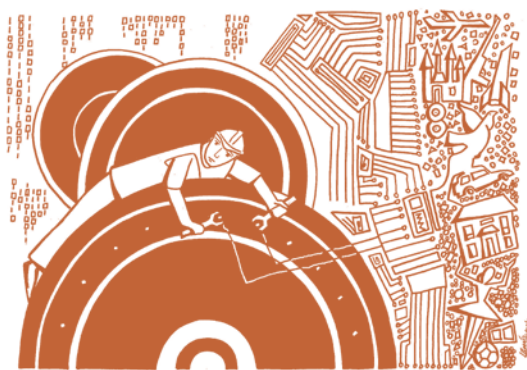
“Deve-se evitar qualquer linguagem e atitude que os faça se sentirem discriminados, além de buscar promover a participação desses casais na vida da comunidade.”

mentos da Igreja Mãe e Mestra, com sensatez e conhecimento adequado. Aos membros das famílias em segunda união cabe recordar os princípios fundamentais e iluminadores da fé cristã católica: o salvífico – Deus não nega a salvação a ninguém, em qualquer situação; o batismal – quem vive a segunda união não renunciou ao batismo e à fé; e o eclesial – os casais em segunda união são membros da Igreja e fazem parte da sua vida e missão.

Esperemos que, com base nas reflexões do sínodo sobre a vocação e a missão da família na Igreja, a família em segunda união, um dos desafios pastorais no contexto da evangelização, possa perceber e sentir a Igreja como “chamada sem demora a cuidar das feridas que sangram e a reacender a esperança para tantas pessoas sem esperança” (papa Francisco, encerramento da III Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, 2014). ●

Bibliografia

- PORRECA, W. Famílias recompostas: casais católicos em segunda união. 2004. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Disponível em: <file:///Users/wladimirporreca/Downloads/dissertacao%20>, 2004.
- _____. *Famílias em segunda união: questões pastorais*. 3. ed. São Paulo: Paulinas: 2013.
- _____. *Filhos: desafios e adaptações na família em segunda união*. São Paulo: Paulinas, 2012.



A humanização e a desumanização do trabalho

Ivonil Parraz*

Ao contrário do proposto no livro do Gênesis – no qual o trabalho visa o descanso e, neste, o trabalhador contempla a sua obra e se encontra consigo mesmo –, a partir sobretudo da revolução tecnológica, o trabalho tende à desumanização. Diante dessa configuração, como propor uma espiritualidade do trabalho? De que modo o trabalhador pode encontrar a fonte de libertação, o rosto de um Deus Amor?

O trabalho atual requer a subjetividade do trabalhador, o que leva a crer que haja certa liberdade do operário em seu trabalho. O trabalho tende cada vez mais a exigir invenção, conhecimento, imaginação. A interação homem-máquina se faz necessária. Mas essa autonomia do operário pode ser traduzida como efetiva humanização do ser humano pelo trabalho? A Carta Encíclica *Laborem Exercens* (LE) do papa João Paulo II auxilia-nos a pensar num trabalho de caráter social. À luz da dimensão social do trabalho, ousamos: 1) mostrar a desumanização do trabalho atual; 2) refletir sobre uma possível espiritualidade do trabalho.

1. A nova configuração do trabalho

Assiste-se, nas últimas décadas, a nova revolução no processo de produção: a tecnológica. Ela incita nova configuração no trabalho. Na sociedade industrial – fordista, anterior à revolução tecnológica –, o trabalho dispensava o conhecimento do trabalhador. As tarefas eram rotineiras, repetitivas e programadas para que as máquinas as executassem (SANSON, 2010, p. 31). Não havia enriquecimento algum na relação homem-má-

*Vigário paroquial em Botucatu (SP). Doutor em Filosofia pela USP. E-mail: parraz@uol.com.br



quina. Na atual revolução pós-fordista ou pós-industrial, com a introdução das tecnologias da informação, crê-se na valorização do trabalho, assentado sobre o conhecimento, a comunicação e a cooperação. São esses os recursos imateriais que o atual processo produtivo requer. Ele constitui o centro da organização do trabalho. Exige-se a interação do trabalhador com a máquina, superando, assim, a subordinação daquele a esta, prática comum na revolução anterior.

No processo tecnológico de produção, “o conhecimento torna-se um recurso e um produto” (SANSON, 2010, p. 32). O trabalhador deve incorporar todo o seu conhecimento no processo produtivo. Há uma relação de flexibilidade entre o trabalhador e a máquina. O *software* da máquina está aberto às alterações do operador. Exige-se do trabalhador a capacidade de interpretá-lo e, conforme o desempenho produtivo, reprogramar a máquina.

A interação entre trabalhador e máquina permite àquele acumular mais conhecimento, o qual, por sua vez, será disponibilizado na produção. O conhecimento do trabalhador, acumulado graças ao trabalho, deve ser aplicado na produção.¹ Atualmente se questiona se de fato o ser humano comanda os *softwares* ou se já é comandado por eles, uma vez que tem de se submeter ao que os sistemas informáticos programados exigem. Questiona-se também se a sociedade em rede de fato nos liberta ou nos aprisiona, ao possibilitar o controle e a criação de índices sobre o que

fazemos, compramos ou acessamos via internet, para o mercado usar esses dados pensando no lucro. Diminui a crença de que a internet e as novas tecnologias da comunicação nos tornam livres, uma vez que por elas somos vigiados e o uso que delas fazemos é cada vez mais direcionado por grandes corporações (KATZ; GREINER, 2015, p. 339-355).

Pretende-se que o sujeito do trabalho, na chamada era do conhecimento, enriqueça o trabalho. Para Sanson, o trabalho, no atual processo de produção, configura-se como imaterial, uma vez que seus recursos são imateriais, embora grande parte dos trabalhadores continue no trabalho material e braçal. O regime da revolução tecnológica caracteriza-se pela invenção, pois a lógica que o norteia é a da inovação. Ora, para que isso se concretize, torna-se imprescindível apoderar-se do saber e do conhecimento e criar condições para que todos e não apenas alguns tenham acesso a eles.

O trabalho imaterial, na expressão de Sanson, não se alimenta somente do conhecimento adquirido e acumulado no trabalho, mas também se nutre do conhecimento externo: o conhecimento obtido pelo trabalhador em sua vida cotidiana, na ordem do vivido, é incorporado ao processo de produção (SANSON, 2010, p. 36). Há, portanto, um elemento novo em relação à sociedade industrial.

“O trabalho em equipe, tão exaltado em nossos tempos como veículo de sociabilidade, com seu fingimento de comunidade, na realidade se torna instrumento de exploração.”

2. A subjetividade do trabalhador

O grande valor que se atribui ao trabalho num formato de produção imaterial repousa na criatividade, na sensibilidade, na comunicação, na capacidade de conhecer e de produzir conhecimento. Com efeito, o que a sociedade pós-industrial requer, ao contrário da sociedade industrial, é a subjetividade do

1 Cf. SANSON, C. “Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial”, p. 58. O conhecimento intelectual, “o saber operário” torna-se o excedente apropriado pelo capital. A expropriação se dá não mais pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, mas pela “captura do valor que é produzido pelos recursos imateriais”.



sujeito do trabalho. Esta se torna necessária, uma vez que a produção passa a depender mais da dimensão intelectual.

Enquanto na sociedade industrial predominava o emprego do corpo no trabalho, agora é a vez da alma, pois tanto o conhecimento extra (fora do trabalho) quanto o intra (no trabalho) são empregados no processo de produção imaterial. Mas para que a empresa assegure o senhorio sobre a alma do operário, não basta que ele entregue, pelo salário, o seu saber. Juntamente com seu conhecimento, o operário deve assumir, voluntariamente, os preceitos da empresa. É estimulado a “vestir a camisa” da empresa como se fosse sua. Tudo o que diz respeito a ela lhe diz também respeito. O pobre assalariado se responsabiliza pela empresa. Com efeito, o trabalho o acompanha sempre, quer na fábrica, quer fora dela. Ele se adere de tal modo ao sujeito, que este não encontra meios de separar-se. Sua vida torna-se o seu trabalho.

A empresa passa a se incorporar na vida do operário. O que tem de melhor, energia e capacidade intelectual, é dedicado a ela. O trabalhador transforma-se em colaborador: sente-se sócio (SANSON, 2010, p. 53). Essa estratégia de domínio da empresa sobre o operário tem um objetivo específico: fazê-lo acreditar que possui autonomia. Ao trabalhador dá-se certa liberdade de inventar, de aplicar seu conhecimento, sua imaginação. Ele sente-se responsável por aquilo que produz e, ao mesmo tempo, também pela empresa, uma vez que é sócio.

Ilusória autonomia, pois a empresa visa não à liberdade do trabalhador, mas ao aumento da produtividade. Este é o seu fim último. Para isso se equipa com todos os instrumentos de domínio: concede autonomia ao trabalhador e trata-o como colaborador ou sócio, quando, na realidade, não passa de mero instrumento de exploração para que ela atinja seus objetivos.

Para que o operário interiorize os preceitos da empresa e a incorpore, ou seja,

para que se torne escravo voluntariamente, é imprescindível desenvolver todo um aparato de controle. Torna-se indispensável vigiar o trabalhador.

3. O trabalho vigiado

Na revolução tecnológica, a vigilância se dá na própria formulação do espaço de produção: a celularização (PINTO, 2007, p. 79).² As “células”, segundo Geraldo Pinto, contam com uma liderança entre seus trabalhadores. Os líderes podem ser eleitos pelos próprios companheiros. Sua função consiste em “assegurar o funcionamento perfeito dos postos de trabalho, bem como a comunicação entre as células e a administração da empresa” (PINTO, 2007, p. 80). Com a celularização, tornou-se possível um controle maior sobre os trabalhadores. Cada célula é responsável por uma etapa definida do processo produtivo.³ Isso permite aos proprietários dos meios de produção averiguar os níveis de produtividade atingidos por cada célula, bem como as dificuldades ou a falta de conhecimento e criatividade que os operários têm apresentado em cada uma delas. A formação do espaço de produção em escala menor permite uma visibilidade maior dos operários.

A administração da empresa estabelece cumprimento de metas para cada célula. Os membros destas distribuem, entre si, as atividades de trabalho. A intenção disso é fazer que cada trabalhador “conheça e compreenda” o funcionamento dos postos de trabalho de toda célula (PINTO, 2007, p. 89). A

2 Cf. PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX*, p. 79-80. A celularização consiste em organizar os postos de trabalho em conjuntos abertos (e não como departamentos). Cada um desses conjuntos de postos de trabalho foi denominado “célula de produção” e constituiu-se de equipes de trabalhadores.

3 *Ibid.*, p. 80. Por exemplo, na fábrica de automóveis: “Um conjunto de postos responsáveis pela montagem dos eixos; outro, pelo acoplamento do sistema de suspensão; o outro, pelos freios”, e assim por diante.



constante mudança de postos de trabalho provoca no operário crises sucessivas de adaptação, uma vez que dele se exigem inúmeras habilidades, sempre em mutação. Tais crises fazem-no manter sempre a concentração na tentativa de superá-las. Disso resulta a ausência de reflexão do trabalhador sobre sua condição social no ambiente do trabalho. Mas não só. O “espaço celularizado” impossibilita a comunicação entre os operários sem que a administração saiba. Com efeito, impede-se qualquer tentativa de articulação entre eles. Emprega-se, assim, no local de trabalho uma relação ininterrupta de vigilante/vigiado. O panoptismo⁴ invade a fábrica.⁵

O sentimento de estar constantemente vigiado não é provocado somente pela relação vertical patrão-operário. Também entre os próprios membros da equipe de trabalho (as células) predomina esse sentimento. A avaliação patronal não se faz sobre cada operário, mas sobre a equipe de trabalho. Qualquer falha – desinteresse, baixa criatividade ou rendimento de um dos membros – transforma-se em ameaça para o restante da equipe. Esta passa a exigir mais do colega de grupo até levá-lo ao constrangimento, no lugar da empresa (PINTO, 2007, p. 92). O

olhar vigilante da empresa, “olhar invisível” que tudo manipula, é multiplicado pelo número de membros de cada equipe. O trabalho em equipe, tão exaltado em nossos tempos como veículo de sociabilidade, com seu fingimento de comunidade, na realidade se torna instrumento de exploração. Está a serviço do capital, e não do trabalhador. O trabalho em equipe é um engodo!

Cada membro da equipe torna-se um vigilante, pois, se um fracassa, todos fracassam.

Cada um tem o poder, embora não tenha autoridade. Esse jogo de poder gera angústia e sofrimento. Caso o operário não realize o que dele é exigido para o bom desempenho produtivo do grupo, pode ser avaliado negativamente pelos colegas e chegar a perder o emprego. Além disso, impõe-se ao operário a disponibilidade para novas empreitadas,

iniciativas ou certas atividades contrárias ao seu modo de proceder. Para não perder o emprego, ele acaba aceitando-as. O sofrimento sempre acompanha o trabalhador. Sua vida faz-se de “incertezas e angústias” (SANSON, 2010, p. 18). Perante essa situação, como pensar uma teologia do trabalho?

**“O sentimento
de estar
constantemente
vigiado não é
provocado somente
pela relação vertical
patrão-operário.”**

4. A dimensão social do trabalho

As reflexões antropológicas sobre o trabalho e o ser humano da Carta Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II se fundamentam em Gn 1,27-29. Para o pontífice, o ser humano domina e submete a terra porque,

como imagem de Deus, é uma pessoa; isto é, um ser dotado de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir por si mesmo e tendente a realizar-se a si mesmo. É como pessoa que o homem é sujeito do trabalho. É como pessoa que ele trabalha e re-

4 Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*, p. 173-199. Na concepção de Foucault, o panóptico “é o dispositivo do poder disciplinar exemplar. Sistema arquitetônico de uma torre central e de um anel periférico, pelo qual a visibilidade e a separação dos submetidos permitem o funcionamento automático do poder, ou seja, a consciência da vigilância gera a não necessidade objetiva da vigilância. O panóptico tem por objetivo ‘induzir, no detento, um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder’” (p. 177).

5 Cf. SHIROMA, E. O. *Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão*: a educação da força de trabalho no modelo japonês. 1993. Tese de doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, apud PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX*, p. 90.



aliza diversas funções [...] as quais devem servir para a realização da sua humanidade e para o cumprimento da vocação a ser pessoa, que lhe é própria em razão de sua mesma humanidade (LE 6).

Deus criou o ser humano como ser livre: capaz de escolher e decidir. Como ser livre, ele possui a capacidade de dominar e submeter o mundo visível. A liberdade humana se dá, em primeiro lugar, na sua relação com os outros igualmente livres, uma vez que Deus o criou pessoa em relação às outras, à semelhança das Pessoas divinas, e não fechada em si mesma. Na relação da pessoa com as demais se encontra a sua dignidade. Com efeito, a pessoa humana é um ser essencialmente social. Sua liberdade está em sua dimensão social. Liberdade e sociabilidade são inseparáveis. É nessa conjunção que se reconhece a dignidade humana.

Ora, “o trabalho é uma relação social” (GASDA, 2010, p. 585). No mundo do trabalho, o ser humano é chamado a exercer sua liberdade e expressar sua dignidade. Nesse sentido, pode-se entender a afirmação da *Laborem Exercens*: “Quando trabalha, o homem não transforma apenas as coisas materiais e a sociedade, mas realiza-se a si mesmo” (LE 26). Todavia, só há a realização do humano se e somente se o fim do trabalho for a pessoa humana, e não um fim em si mesmo, como se verifica no sistema capitalista de produção. Assim como a obra da criação divina tem por fim o ser humano, também o trabalho deve ter esse mesmo fim. Somente desse modo toda pessoa humana domina e submete o mundo.⁶

Como relação social, o trabalho constitui parte essencial no processo de socialização humana. Pode-se sustentar que sua característica principal é ser espaço de reconhecimento do outro (GASDA, 2010, p. 588), pois

por ele as coisas materiais e a sociedade são transformadas e o ser humano se realiza. Exatamente por isso o trabalho humano pode ser considerado continuação do trabalho divino. Deve ser criador como foi o do Criador. Nele o ser humano se reconhece à imagem de Deus. Todo trabalho que reflete o ser humano como imagem e semelhança de Deus humaniza; o contrário desumaniza.

À luz da dimensão social do trabalho, proposta pela *Laborem Exercens*, a nova configuração do trabalho, que atualmente se desenha no sistema de produção capitalista, não se apresenta como humanizadora. Nela não se reflete o humano como imagem e semelhança de Deus. No espaço celularizado, onde cada trabalhador tem de se comportar como vigilante do outro, não há lugar para o trabalho como espaço de reconhecimento do outro: não se valoriza o trabalhador, busca-se vigiá-lo. A relação vigilante-vigiado é o avesso das relações entre pessoas. No trabalho em equipe, em que cada operário tem de atingir sua parte no patamar de produtividade exigido de cada célula, está ausente a relação entre pessoas. Falar de liberdade no trabalho pelo simples fato de o trabalhador poder criar, usar de seus conhecimentos e inventar em vista tão somente do aumento da produtividade – portanto, não sendo considerado em sua dignidade de pessoa – é a mais absurda das ideologias. Equivale ao absurdo de sustentar que a servidão é voluntária. A nova configuração do trabalho, com todo o aparato que o sustenta, é o desmentido de um trabalho humanizador. O sofrimento que o trabalhador enfrenta no dia a dia nega a sua dignidade. O trabalho atual não realiza o ser humano, ao contrário, o oprime. O operário vive para o trabalho. O conhecimento que ele adquire fora da fábrica, emprega-o nela. Em seu descanso, dedica-se ao trabalho. Ao contrário do proposto no livro do Gênesis, no qual o trabalho visa ao descanso e, neste, o trabalhador contempla a sua obra e se encon-

6 Cf. GASDA, E. E. *El sentido del trabajo*, p. 585-587. O autor faz excelente análise sobre a sociabilidade do trabalho.



tra consigo mesmo, o descanso do operário visa ao trabalho; ou seja, é o trabalho *per se*, e não o trabalho para o trabalhador. O trabalho humano do Gênesis se opõe ao trabalho desumano da revolução tecnológica.

Diante dessa nova configuração do trabalho, como propor uma espiritualidade do trabalho? De que modo o trabalhador, oprimido em seu trabalho, pode encontrar nele a fonte de libertação, o rosto de um Deus Amor? Que caminho propor para o operário sentir-se imagem de Deus num trabalho que não lhe possibilita a realização de si mesmo, tampouco a

transformação da sociedade? O que se pode dizer ao ser humano no desumano da exploração capitalista senão que o trabalho, nesse sistema, corrói até mesmo o caráter de muitos? Do contrário, quem, em sã consciência, se tornaria vigilante do colega se não se sentisse vigiado por ele? Somente num espaço em que as pessoas têm condições de se relacionar à semelhança das Pessoas divinas pode-se falar de uma espiritualidade do trabalho, pois somente assim os trabalhadores podem viver em comunhão, na construção de um mundo em que impera a solidariedade. ●

Bibliografia

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2008.

FOULCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.

GASDA, E. E. *El sentido del trabajo*. 2010. Tese de doutorado – Facultad de Teología, Departamento de Teología Moral y Praxis de la Vida Cristiana, Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2010. p. 301-345; 533-614.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Laborem Exercens* sobre o trabalho humano. São Paulo: Loyola, 1981.

KATZ, H.; GREINER, C. *Arte & cognição*. São Paulo: Annablume, 2015.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX*: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANSON, C. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. *Cadernos IHU*, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 8, n. 32, 2010.

Liturgia diária

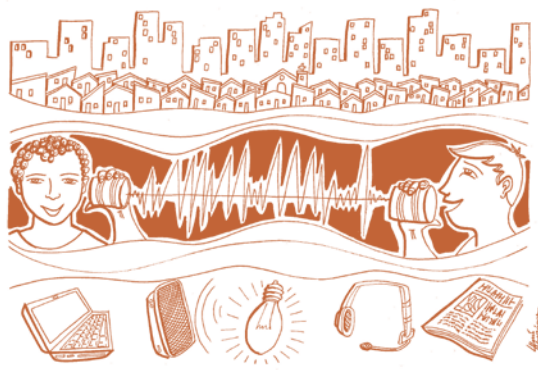
O periódico LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus na liturgia e na leitura pessoal; favorece uma melhor assimilação e compreensão da liturgia da missa.

As edições são mensais e trazem as leituras e orações da missa de cada dia, comentários, preces, pequenas biografias dos santos das memórias a serem celebradas, partes fixas da missa, orações eucarísticas e roteiros de outras celebrações.

Para fazer assinatura entre em contato com o setor de assinaturas da Paulus:

Tel.: (11) 3789-4000 • 0800-164011

E-mail: assinaturas@paulus.com.br



Comunicação e paróquia: alguns pontos básicos e concretos

Helena Ribeiro Crépin*
Natividade Pereira, fsp*

Com relação à comunicação na Igreja, corre-se o risco de focar demais nos ideais elevados e esquecer coisas básicas e concretas. Este artigo aborda elementos básicos, fundamentais para a comunicação na paróquia, os quais, não obstante sua importância, às vezes ficam relegados a segundo plano: a sonorização das igrejas; a iluminação e a introspecção; a comunicação na secretaria paroquial; os leitores e a música na liturgia.

*Helena Ribeiro Crépin é formada em Comunicação pela PUC-SP. Voluntária nas dioceses para a formação de atendimento na secretaria paroquial, é também cofundadora da empresa Ribeiro Comunicação. Especializada em sonorização, especialmente de igrejas católicas. E-mail: helena@ribeirocomunicacao.com.br / Site: www.ribeirocomunicacao.com.br

*Natividade Pereira pertence à Congregação das Irmãs Paulinas e está voltando de missão de dois anos nos EUA. É artista plástica, graduada em Filosofia e mestra em Ciências da Religião pela PUC-SP. E-mail: sisternatividade@hotmail.com

1. Paróquia: espaço sagrado de comunicação da fé

A palavra “paróquia” vem do substantivo grego *paroikía* e do verbo *paroikêin*, que significa viver juntos, ou ao redor da casa. Até o século IV, não existiam paróquias, apenas as catedrais, que ficavam nas grandes cidades, porque o cristianismo era essencialmente um fenômeno urbano. A catedral era administrada pelo bispo, auxiliado por sua equipe de padres, que pregavam, celebravam e administravam os sacramentos. A partir do século V, com a oficialização do cristianismo como religião do império romano, surgiu a necessidade de descentralização. Em razão das distâncias geográficas e do crescimento do número de cristãos, foram marcados territórios, nas aldeias e cidades menores, para cada padre exercer o seu ministério, os quais ganharam o nome de paróquias.

A paróquia é uma célula da Igreja de Jesus Cristo e precisa de cuidados e criatividade para não morrer solitária. Com a mudança de época, a partir do Concílio Vaticano II,



surgiram a necessidade de renovação e vários documentos sobre a vida paroquial, sempre buscando responder às exigências dos tempos. Antes catolicismo e cultura, espaço geográfico e espaço de fé estavam unidos e sem maiores problemas para a vida eclesial, mas hoje estamos em crise comunitária. Nosso modelo paroquial é bimilenar, respondeu por séculos às necessidades dos fiéis no seu contexto rural, mas a situação mudou e o sistema paroquial permaneceu. Por isso precisamos urgentemente sair do modelo estático de evangelização.

Para a renovação da paróquia e o bom desenvolvimento de sua comunicação, é fundamental, primeiro, ter presente que o pároco não é a paróquia – ambos têm identidades diferentes –, mas um depende do outro. A paróquia não pode se transformar na projeção do ego do padre. Comunicação é criar comunhão e participação entre todos.

Com o avanço das novas tecnologias e da informática, a paróquia precisa usar formas mais modernas para chegar aos jovens e às famílias. Precisa organizar a Pastoral da Comunicação, para promover melhor comunicação interna da Igreja, também por meio das redes sociais, fazendo suas atividades gerar notícias para as demais pastorais e para as pessoas que não frequentam o ambiente da igreja-templo.

Na Igreja, sobretudo a partir do papa Pio XII, em 1957, procurou-se organizar a comunicação interna e com a sociedade. Mas somente a partir do Concílio Vaticano II é que foi exigida das conferências episcopais e dioceses a criação urgente de um plano de pastoral da comunicação. No Brasil, a CNBB criou a Pascom – Pastoral da Comunicação, organizada em âmbito regional nas dioceses, paróquias e comunidades. A Pas-

com oferece formação, assessoria técnica e pastoral, com laboratórios e cursos. O objetivo é contribuir para a comunicação na paróquia. É importante lembrar que toda a paróquia e todas as suas atividades são comunicação, e não apenas o que é específico da Pascom. Sabemos o caminho para a renovação da paróquia; ele já está apontado nos documentos. Difícil é pôr em prática. Ainda nos falta aquele ardor missionário que exige conversão, mudança de postura e mentalidade, saída da zona de conforto.

Ao longo dos anos e sobretudo depois do Concílio Vaticano II, a Igreja e grande parte dos seus membros têm feito muitas reflexões, estabelecido princípios e prioridades, chamado à ação no campo da comunicação eclesial; diversos documentos importantes a respeito têm sido publicados. São necessárias atenção, disposição e iniciativas concretas para usufruir desses

documentos e princípios, para pô-los em prática concretamente no dia a dia das paróquias e comunidades. Corremos o risco de ficar nos ideais elevados e esquecer coisas fundamentais, básicas e concretas da comunicação com os fiéis e com o público em geral. Neste artigo nos concentramos em elementos assim, básicos, fundamentais para a comunicação na Igreja, os quais, não obstante sua importância, às vezes ficam relegados a segundo plano: a sonorização das igrejas; a iluminação e a introspecção; a comunicação na secretaria paroquial; os leitores, a música e a liturgia.

2. A sonorização das igrejas

Podemos nos perguntar: como é que Jesus conseguia se comunicar com uma multidão sem sistema sonoro, sem o microfone? Certamente, ao sentar-se numa barca, por

“Para a renovação da paróquia e o bom desenvolvimento de sua comunicação, é fundamental, primeiro, ter presente que o pároco não é a paróquia.”



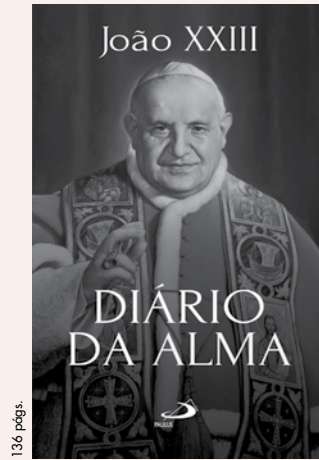
exemplo às margens do lago de Genesaré, suas palavras alcançavam melhor os ouvintes (cf. Lc 5,1-11). As palavras que proferia em montanhas ou lugares elevados também se serviam do ambiente para serem ouvidas. Faça a experiência: sente-se numa cadeira na praia e comece a ouvir as conversas descontraídas de quem está na água. Ou, estando próximo a uma montanha, escute a nitidez da fala de quem está em posição mais alta. Pelos cenários do evangelho, percebe-se que, certamente, Jesus tinha boas noções da acústica do planeta Terra.

Estudando a evolução da engenharia, sabe-se que, nas construções do império greco-romano, se usava muito o semicírculo, evidência da descoberta de que o som reflete melhor de baixo para cima, atuando com a acústica própria da natureza. Durante a Idade Média, a preocupação maior era na hora de construir o púlpito: uma pequena varanda ou balcão que dava para a nave da igreja, bem à vista dos fiéis, de onde falava o orador. Este, dotado de uma pequena ou média voz, mas sempre preparada e projetada com força na direção da assembleia, conseguia fazer-se ouvir, beneficiando-se também da localização física do púlpito, situado num lugar elevado. Se, obedecendo às leis da física, o som vai para cima, como se fazia nesse caso, em que a assembleia ficava embaixo? Muito simples: a voz reverberava no teto, nas colunas, e chegava à assembleia com atraso, mas chegava.

Vale ressaltar que a sonorização é um elemento litúrgico articulador, pois, sem ouvir a Palavra, a homilia, as orações e o canto litúrgico adequadamente, as pessoas saem da igreja mais ou menos como entraram ou até ensurdecidas pela parafernália de barulhos similares aos que já enfrentam no cotidiano. Quando vão à igreja, deparam com algumas dificuldades, como ruídos, chiados, som reverberante, microfonia, além de gente mal preparada para proclamar as leituras. Soman-

Diário da alma

João XXIII



O Diário da alma, escrito por Angelo Roncalli, que em 1958 se tornou papa João XXIII, e publicado após a sua morte, é um diário espiritual íntimo que está nas origens das meditações feitas em seus retiros. É um solilóquio, como ele próprio o chama, utilizando um termo caro a Santo Agostinho. De extrema simplicidade, frustrante para alguns, é o itinerário de uma vida cristã serenamente radicada na Bíblia e numa espiritualidade sacerdotal em que a preocupação principal é o Evangelho vivido. Um texto que é como o fundamento espiritual de ações e decisões que mudaram o rumo da história da Igreja.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





do tudo isso, às vezes a celebração se torna um sacrifício (distinto do de Jesus!) tanto para o presidente como para a assembleia, que não consegue celebrar tranquilamente e tem de suportar os ruídos na comunicação. Hoje em dia está em voga a palavra comunicação em todos os setores da Igreja, no entanto a aplicação prática do conceito não é tão frequente, pois muitas vezes nem sequer se ouvem as leituras e a homilia do padre.

A inteligibilidade da fala sempre foi um dos maiores desafios para *designers* de sistema de som que lidam com espaços reverberantes. O mau conhecimento das tecnologias usadas nas caixas acústicas é a maior fonte de insatisfação na sonorização, pois uma onda sonora sem direcionamento adequado vai entrar em conflito com a arquitetura, provocando aquele efeito de eco ou de reverberação, cuja ação deixa a voz ininteligível, embora ofereça volume à música. Consequentemente, a primeira exigência dos párocos deve ser a prioridade da voz para poder transmitir as leituras, as orações, a homilia, evitando o volume musical ensurdecedor típico das casas de *shows*.

Para resolver o problema da deficiência na escuta do que é pronunciado e cantado na liturgia ou do incômodo com o excesso de barulho, sons, reverberação, volume além do necessário, têm surgido novas tecnologias que, se usadas adequadamente, conseguem dar boa resposta ao desafio, possibilitando a transmissão de um som claro e inteligível em ambientes que pareciam totalmente avessos a qualquer solução.

Além da tecnologia, é importante, para atingir melhor qualidade sonora em ambientes muito reverberantes, fazer tratamento acústico nos espaços, quando necessário. Igrejas grandes, com arquitetura de teto alto,

com muito granito, vidros, azulejos, paredes lisas, sem pintura, sem madeira, são o ambiente perfeito para a reverberação, inimigo número um da inteligibilidade sonora. Quanto mais liso e grande for um templo, maior a probabilidade de o som reverberar, o que provoca atraso na chegada da voz aos nossos ouvidos, ficando, assim, um som misturado, incompreensível. Geralmente isso acontece porque o som sai de um alto-falante comum grande, em geral mal posicionado – fórmula perfeita para que o som passeie no ambiente antes de chegar aos ouvidos dos fiéis. O som reverbera porque ricocheteia no espaço, muitas vezes em razão de superfícies duras e reflexivas, e também de caixas acústicas de má qualidade. Percebe-se um desconhecimento sobre isso da parte de engenheiros ou arquitetos, pois o processo de construção evoluiu sem pensar na sonorização, tratada como um dos últimos elementos do planejamento. E corrigir custa mais caro do que pensar junto, no momento da construção ou reforma, qual o arranjo ideal para a sonorização do ambiente sagrado.

O ricochetear do som provém de sua refletividade sobre as superfícies. Se combinadas, essas refletividades geram um ambiente extremamente barulhento, no qual fica difícil compreender as palavras faladas. Todos já tivemos essa experiência em igrejas, salões de festas ou outros ambientes em que o resultado é semelhante. Um exemplo também bastante corriqueiro são os aeroportos, um dos tipos de ambientes mais reverberantes que existem. Neles as caixas acústicas, normalmente presas no teto como arandelas, lançam os feixes de som que, atingindo o chão, são jogados novamente para o alto pelo granito. O som desliza e ricocheteia, dificultando a compreensão das palavras. Existem hoje aeroportos que estão modernizando o sistema

"O mau conhecimento das tecnologias usadas nas caixas acústicas é a maior fonte de insatisfação na sonorização."



de som a fim de torná-lo adequado para a audição; é o caso dos de Abu Dhabi, Nova York, Boston, Paris, Londres e o maior aeroporto da América Latina, o de Guarulhos, em seu mais novo terminal internacional.

A chave de êxito das novas tecnologias é a capacidade de fazer o som sair direto de caixas adequadas e bem posicionadas. O som sai como um tiro a laser até alcançar seu alvo, os ouvidos das pessoas presentes na assembleia. Ele é formatado como feixes de luz direcionados e focados, sendo enviado diretamente para os ouvintes quase livre de reverberações, independentemente da medida da altura da nave ou de seu poder de reverberação.

Alto-falantes tradicionais produzem sons que, na maior parte das vezes, se dirigem ao ouvinte, mas também vazam para outras direções. Esse som é inútil e indesejável, torna-se fonte de barulho e reverberação e piora à medida que a pessoa se distancia dele. Para resolver essa questão, a única solução vinha sendo a colocação de várias caixas acústicas próximas e direcionadas, não obstante a consequente perda estética. Com o avançar da tecnologia, porém, foram desenvolvidos sistemas tecnológicos modernos que empregam a física natural para formar o som com um número menor de caixas acústicas e proporcionar audição inteligível, além de incumbirem a harmonização a um sistema central, à parte do sistema da música. É hoje a melhor adequação em termos de custo-benefício.

Houve uma evolução considerável nas tecnologias necessárias à boa sonorização e transmissão da voz, com destaque para a tecnologia *line array*, patenteada na Europa em 1957, que apresentou uma evolução com relação à fabricação e ao modo de gestão dos alto-falantes, contando com três linhas principais de caixas acústicas: linha analógica (a mais antiga); linha semidigital, sistema processado ao nível da caixa; linha digital (a última tecnologia). As três linhas têm em comum o fato de

CD - Acordes Natalinos O som latino-americano

*Augusto Betancourt, David Parales,
Fabio Jiménez e Rubén Darío*



14 faixas

A principal particularidade deste CD é que grandes clássicos de Natal, como "Jingle Bells", "Adeste Fidelis" e "Noite Feliz" ganham arranjos diferentes, que privilegiam a música e a cultura latino-americana. Além disso, outras canções, oriundas da própria cultura latina, mostram variáveis que um CD de música natalina pode apresentar. De um total de 14 faixas no disco, destacamos ainda "Calor de Navidad", "Tutaina", "Los Peces en el Río" e "Donde Serán Pastores".

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





que a onda sonora saída do alto-falante é direcionada em linha reta, ao contrário dos alto-falantes convencionais, cuja onda sai em círculo ou em forma esférica, batendo em todas as direções e criando eco e reverberação nas paredes, no teto e no chão.

A diferença entre uma linha analógica e uma linha digital verdadeira é que uma coluna de linha digital é composta de alto-falantes guiados cada um por um processador. Isso permite direcionar em três direções a onda sonora, focalizando até as zonas restritas de uma nave e proporcionando assim inteligibilidade de alta qualidade, além da redução da quantidade de caixas. Essa solução permite, no interior da maioria das igrejas, a boa transmissão da voz, deixando apenas a reverberação arquitetural influir em parte sobre a inteligibilidade. A linha analógica permite uma qualidade satisfatória na inteligibilidade da voz, mas com certa fraqueza na transmissão da música, priorizando as frequências de voz com um alcance inferior. Dessa forma, será necessário maior número de pontos repartidos na igreja, o que exige mais frequente manutenção.

Já faz um ano que, no Brasil, é possível encontrar soluções intermediárias usando as caixas semidigitais, cujas possibilidades garantem a transmissão equilibrada entre voz e música. Essas novas caixas são, na maioria, importadas. São consideradas semidigitais pelo fato de terem condição de modificar de forma eletrônica a faixa sonora, interferindo tanto na largura quanto no alcance da faixa.

Um dos problemas maiores encontrados na sonorização das igrejas é o desconhecimento das técnicas adequadas por parte dos numerosos responsáveis: a tecnologia *line array*, a única que reconhecidamente resol-

ve o problema da inteligibilidade, é muitas vezes mesclada, de forma inadequada, com sistemas em coluna cujos alto-falantes não respondem aos critérios de transmissão vertical e horizontal exigidos pela tecnologia.

Não é porque uma comunidade é pobre que não pode ter um som de qualidade. Hoje existem soluções para cada uma; de toda forma, muitas vezes é melhor não fazer nada do que instalar o sistema de som recomendado por uma pessoa sem experiência ou sem o respaldo de profissionais em instalações nas igrejas. Muitas vezes se constata que as igrejas direcionam recursos para um piso de granito ou para outras coisas de menor prioridade e deixam a sonorização como um investimento secundário.

“o processo de construção evoluiu sem pensar na sonorização, tratada como um dos últimos elementos do planejamento.”

3. Iluminação e introspecção

Outro grande desafio nas igrejas é a iluminação, que implica a renovação da parte elétrica, sem a qual não se pode ir adiante nesse aspecto. Uma iluminação ambiente para um espaço sagrado precisa proporcionar clareza na medida certa. Uma igreja escura pede iluminação correta para valorizar a arquitetura, os objetos sagrados. Uma igreja extremamente clara pode tirar do ambiente a sutileza da introspecção, tão importante para a concentração na oração. Um momento orante pede uma luz que provoque leve adormecer dos sentidos, para que se experimente olhar para dentro, se inspire e expire profundamente no ritmo da serenidade. Num país tropical como o Brasil, as pessoas estão mais habituadas a estar “do lado de fora” – existe certa dificuldade no “estar dentro de si mesmas”; com isso, o ambiente, a luminosidade nos orienta no caminho da volta ao centro do coração, para ali encontrarmos o sagrado!



4. Comunicação na secretaria paroquial

A boa comunicação e o atendimento são a base da fidelidade de uma comunidade participativa. O maestro é quem dá a batuta a sua orquestra. Neste caso, o pároco e o vigário são os regentes da orquestra, na qual a batuta sempre direcionará e harmonizará a equipe por meio da secretaria paroquial.

O atendimento na secretaria reflete o rosto da paróquia. Poderíamos afirmar que é considerado o cartão de visita, e a(o) secretária(o) atua de modo importante nisso. Em sua atuação, destacam-se todos os elementos vitais de comunicação, como expressão corporal e tom de voz, e o que for transmitido terá implicações para a imagem da paróquia, do pároco, da igreja local e universal. Num mundo em que tudo tem importância e ao mesmo tempo a subjetividade interpela os valores, cada detalhe da secretaria vai refletir na visão pessoal formada pelo paroquiano ou visitante e contribuirá ou não para sua identificação, seja com o atendente, seja com o ambiente, que deve ser bem cuidado, sem ostentar luxo, mas ter dignidade, conforto e sobriedade.

Caso a secretaria exerça seu papel burocrático sem uma proximidade, sem uma comunhão que proporcione a cultura do encontro, o trabalho fica vazio e difícil de ser entendido e aceito. Comunicar as normas, as leis, envolve o como falar, e nem sempre é fácil pôr em prática as orientações da Igreja, ainda mais no momento atual da história em que se tende a questionar, a criticar cada vez mais, e em que as pessoas criam resistência se as regras e orientações são apresentadas apenas como imposição. Já com bom senso, docilidade e espiritualidade, a comunicação fluirá, levando àquele para quem o espaço paroquial existe: Jesus Cristo.

Ser secretária(o) exige, acima de tudo, muito bom senso, pois até mesmo a convivência com um sacerdote requer maturidade.

Celebrando o dia do Senhor **Subsídio para celebrações dominicais da palavra de Deus nas comunidades**

Vv.Aa.



152 págs.

Este livro se refere às celebrações do tempo do Advento, do tempo do Natal, solenidades e festas do Senhor, da Virgem Maria e dos santos e santas cujas datas são festejadas nesse período. Fundamentado no Documento 52 da CNBB, oferece ritos bem desenvolvidos para as orações iniciais e finais, liturgia da Palavra, rito de louvor ou ação de graças, comunhão eucarística e bênção. Esta proposta ritual quer ser um apoio às equipes, vindo para animar as comunidades a celebrar a memória da morte e ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo. Subsídio de ampla utilidade, que pode ser usado nos anos A, B e C.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





de cristã, para respeitar seus limites e valorizar seus dons, sem blindá-lo, deixando-o exercer seu ministério de atendimento às pessoas, mesmo que existam perigos, golpes. O padre é o pastor que conduz uma comunidade e, assim como um pai, precisa atender seus filhos.

O atendimento telefônico e pessoal passa o profissional, mas sem se deixar perder nas muitas necessidades de pessoas carentes, difíceis, controladoras. A rotina de abrir e fechar a secretaria com um atendimento humanizado e, sobretudo, a discrição sobre a vida pessoal do sacerdote e dos demais paroquianos devem estar acima das dificuldades pessoais. O cuidado com a discrição é fundamental, sim, pois é comum que, antes de falar com o padre, as pessoas contem a sua vida na secretaria, uma vez que esse espaço, para elas, é também extensão do sagrado.

Na secretaria têm lugar situações que nos fazem refletir sobre a liderança e os seus liderados, afinal nela é possível observar a multiplicidade de posturas e ações que precisam estar em sintonia com as orientações da Igreja local e universal.

Um espaço simples não quer dizer simplório; uma veste simples não precisa parecer descuidada; um espaço antigo ou novo exige cuidado como patrimônio da comunidade, a exemplo do que dizia o bem-aventurado padre Tiago Alberione, fundador da Família Paulina: “Ser pobre é cuidar bem do que se tem, para manter e durar”. Em algumas igrejas, a secretaria parece verdadeiro depósito de objetos e de tudo aquilo que não se sabe onde armazenar. É preferível dar-lhes outra destinação, pois o espaço sagrado e suas atenções merecem extremo cuidado e zelo.

Não é compreensível que, em igrejas onde se fazem tantos casamentos com muita

ornamentação, nem sequer uma flor seja colocada sobre a mesa da recepção. O zelo, a atenção aos detalhes fazem um bom secretário(a); tem de ser adequado não somente na parte burocrática, mas também na parte estética, com senso ecológico, pessoal e do ambiente em que trabalha. Deve propiciar que a comunicação com os visitantes seja a mais harmoniosa possível. Secretários e secretárias precisariam saber que a comunicação, conforme certo estudo, é 70% corporal,

35% auditiva e 7% verbal: 70% da comunicação está relacionada ao modo como a pessoa se mostra, à sua postura, suas vestes, cuidados pessoais, entre eles cabelos, unhas etc.; 35%, ao que ouvimos – o tom de voz, o timbre (o uso do telefone, muitas vezes, provoca mais problemas do que os existentes de fato, pois nele a única referência é a voz, que transmite emoção, atenção

ou indiferença); e 7%, à nossa memória do que foi falado. Pelo fato de não memorizarmos com facilidade, um aviso, após a comunhão, deveria sempre ser repetido. Como nos lembrar posteriormente de um aviso a nós dirigido por meio da fala quando estamos recém-saídos de um estado de concentração pós-comunhão? Temos dificuldade para memorizar a fala. Por isso é tão importante ler e ouvir a leitura.

5. Leitores

A formação de leitores é vital. Convidar novas pessoas da comunidade é importante, mas não sem antes pedir que a pessoa leia um trecho da leitura. É bom levá-la ao ambão, antes da celebração, para saber o melhor posicionamento do microfone. É comum e agonizante ouvir leitores que não impõem a voz ao falar ao microfone; parecem estar em confidência com um amigo. Uma boa leitura

“Um momento orante pede uma luz que provoque leve adormecer dos sentidos, para que se experimente olhar para dentro.”



pede preparação e impostação da voz e conhecimento de microfone: não falar nem perto nem longe e ter o bom senso de se aproximar ou se afastar conforme a necessidade.

Muitas vezes, pessoas extremamente gentis e generosas presentes nas várias pastorais não estão aptas para a leitura. Sua dificuldade de fala se torna dificuldade de todos. Cabe ao sacerdote, com amorosidade e coragem, fazer essa formação e acompanhar aqueles que fazem leitura, juntamente com a equipe de liturgia.

6. Música e liturgia

A música na igreja vive um momento de dificuldade. A busca pelo equilíbrio musical, entre volume e harmonia, é um desafio para a comunidade. O pároco, no papel de administrador de relacionamentos, inúmeras vezes se sentirá entre a cruz e a espada. Onde não existem grupos, a questão é mais séria e motiva a busca de músicos voluntários ou profissionais – estes, em teoria, mais facilmente administrados pelo pároco, que, por outro lado, deverá despender recursos para mantê-los.

A música na liturgia é um ponto muito importante da comunicação nas paróquias e precisa ser muito bem cuidada, atentando para a escolha das letras e músicas adequadas ao tempo e ao dia litúrgico, para a qualidade da sonorização, para a preocupação de não escolher apenas cantos que ninguém saiba cantar ou apenas cantos antigos demais, para o conteúdo e espiritualidade transmitidos pela música, para a preparação das equipes.

A falta de preparação nessa área deixa algumas pessoas vulneráveis ao crescimento do ego. Nosso ego é aquela “pessoinha” que habita em nós e muitas vezes é despertada quando há um instrumento musical em mãos. Basta um cantinho na igreja que substitua o palco dos sonhos imaginários.

Nas faculdades de música, existe uma disciplina que se chama Dinâmica Musical, na

Meditando a Palavra 1 Advento e Natal

Padre Augusto César Pereira



O Advento e o Natal podem ser considerados uma só festa. Ambos estão voltados para o acontecimento nunca imaginado: a encarnação de Deus, que assume todas as condições humanas para a nossa salvação. Além disso, relacionam-se com as manifestações de Jesus Cristo: em seu nascimento humano e em sua segunda vinda. Este livro oferece reflexões sobre o Advento e o Natal, cujo mistério nos garante que a promessa da segunda vinda será cumprida. Com essa garantia, os cristãos se esforçam para construir desde agora o mundo novo de Deus.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





qual se ensina ao grupo que tocar bem não é tocar alto; cantar bem não é cantar gritado e acima do limite permitido. Nossos ouvidos possuem um limite para a captação do som. O volume é medido em decibéis, e, de acordo com a legislação brasileira, o volume máximo ao qual uma pessoa pode ser exposta em nível aceitável é de aproximadamente 80 decibéis. É notório que cerca de 20% da população brasileira ouve um pequeno zumbido em um ou nos dois ouvidos. A ciência prova que o zumbido é um dos principais sintomas do início do processo de perda de audição, e cerca de 30% das perdas de audição são creditadas à exposição a sons intensos, acima dos limites estabelecidos pela medicina.

Outro desafio é a qualidade do sistema de sonorização na igreja, que seja também

adequado aos músicos e forneça equilíbrio entre palavra e música, como já mencionado anteriormente. Uma solução é situar o sistema para a música separadamente, mas fazendo parte do sistema central. É necessário preparar algumas pessoas, no máximo três, para cuidar do som na ausência de um profissional; que saibam, por exemplo, que uma irritante microfonia pode ser dissipada com a diminuição de volume. Pessoas não preparadas para gerir o som podem causar muitos problemas, entre os quais a escolha de equipamentos inadequados ou que virão a ter custos maiores do que algo bem planejado.

Enfim, comunicar Jesus hoje envolve toda forma de comunicação antropológica e tecnológica, sofisticada ou simples, nos arcópagos do mundo e das paróquias. ●

Bibliografia

- APARICI, Roberto. *Educomunicação para além do 2.0*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- CARPANEDO, Penha; BORGES, Laudimiro. *A paróquia e a liturgia*. São Paulo: Apostolado Litúrgico, 2014.
- CNBB. *Comunidade de comunidades, uma nova paróquia*. (Documentos, 104).
- _____. *O Brasil na missão continental*. (Documentos, 88).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil (2011-2012)*. (Documentos, 94).
- PAYA, Miguel. *A paróquia, comunidade evangelizadora*. São Paulo: Ave Maria, 2005.
- PEREIRA, José Carlos. *Captação de recursos na estrutura da paróquia: sugestões, possibilidades e implicações*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. *Paróquia missionária à luz do Documento de Aparecida*. Brasília: CNBB, 2012.
- _____. *Renovação paroquial: comunidade de comunidades em vista da missão*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- REINERT, João Fernandes. *Pode hoje a paróquia ser uma comunidade eclesial?* Petrópolis: Vozes, 2010.
- ROSA, Luiz Gonzaga. *Discípulos e missionários na paróquia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- STROCCHI, Maria Cristina. *Psicologia da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.
- THE ADVANTAGE MAGAZINE. *RH – 30 years young: celebrating an anniversary*, 2012.



Maria de Lourdes Corrêa Lima*

31º DOMINGO TC. / TODOS OS SANTOS E SANTAS
1º de novembro

A Igreja santa, na terra e no céu

I. Introdução geral

As três leituras da solenidade de Todos os Santos nos apresentam um fato: Deus, o Santo, quer fazer de nós imagens suas. A santidade não é uma realidade só para alguns, mas para todos. Não é um tema simplesmente da vida privada, mas, envolvendo nosso ser mais pessoal, faz parte de nosso testemunho diante do mundo. Ela também não é algo a ser vivido só na outra vida, mas começa agora o que depois se plenificará.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Mt 5,1-12a)

As bem-aventuranças são palavras que ensinam os discípulos, anunciando-lhes promessas e mostrando-lhes o caminho



do seguimento de Jesus. Indicam a subversão dos critérios do mundo: os que são considerados como nada são ditos felizes. Trata-se de uma felicidade de outra dimensão, onde o cristão se alegra não obstante os sofrimentos (v. 12: “alegrai-vos!”). As bem-aventuranças são, assim, imagem da nova ordem, do mundo novo, do Reino que Jesus inaugura e que já se inicia agora; são também retrato do próprio Jesus: ele é o primeiro a ser pobre em espírito, manso, misericordioso... E, com isso, elas são orientação para os discípulos.

Os santos viveram essa assimilação à pessoa de Jesus. São hoje bem-aventurados no céu, mas já começaram, pela vivência cotidiana dos valores das bem-aventuranças, a sê-lo nesta terra. A vida segundo o evangelho não é uma vida tristonha, revoltada, mas já nos faz, aqui e agora, saborear a bem-aventurança celeste. Quem está com Jesus já participa, na sua vida concreta, da bem-aventurança prometida.

Não se trata, porém, de simples divisão: um é santo, e o outro, pecador. Embora não se possa negar fundamentalmente essa diferença, a santidade da Igreja é realidade que se verifica no interior de cada um. Cada um pode ter em si algo da santidade e algo do pecado. A Igreja é santa naquilo que, no coração de cada fiel, é orientado pelo amor que provém de Deus, leva a Deus e à dedicação sem limites aos irmãos.

Bem-aventurados são, primeiramente, os “pobres em espírito”. Não se trata nem de pobreza unicamente material nem de pobreza puramente espiritual. Trata-se de saber renunciar às riquezas materiais, usando-as para o bem comum, com a liberdade interior que provém dos imperativos do evangelho. Isso é impulso para que a justiça social aconteça na sociedade. A Igreja, os cristãos, vivendo essa pobreza evangélica, tornam-se sinais do mundo novo.

Essa atitude se expressa também na mansidão, que, não se impondo com prepotência, mas sendo vivida em espírito de serviço, terá sua recompensa na outra terra. E naqueles

que, aflitos, resistem ao mal sem fazer o mal e agem, com esperança em Deus, em favor do restabelecimento da ordem querida por ele. Não se desesperam porque esperam a consolação que não vem da justiça humana, mas de Deus. A eles estão ligados os que têm fome e sede de justiça, aqueles que sofrem sem verem seus direitos respeitados, mas têm já a certeza daquela justiça que nunca falhará.

Os misericordiosos são bem-aventurados porque deixam transbordar da riqueza de seu coração algo que os faz, talvez sem se dar conta, imagem da infinita misericórdia de Deus, a eles reservada. Os puros são aqueles que podem estar diante de Deus sem máscaras, pois nada têm a esconder. Mesmo se encantando com os valores deste mundo, sabem que só vale aquilo que traz o reflexo de Deus; e, assim, elevam tudo para Deus. Os que promovem a paz são os que vivem a reconciliação, que começa com Deus e, daí, deve se expandir aos relacionamentos e estruturas humanas.

Por fim, bem-aventurados são os perseguidos por causa da justiça, que mantêm as medidas justas e não se dobram perante medidas injustas. São, assim, sinal de contradição e se tornam um desafio e mesmo uma acusação. Por isso lhes advém a mesma sorte de Jesus: o desprezo e até o ódio.

Na versão do Evangelho de Lucas, Jesus pronuncia as bem-aventuranças “erguendo os olhos para seus discípulos” e dizendo: “Bem-aventurados vós, os pobres... Vós, que agora tendes fome... Vós que agora chorais... Bem-aventurados sereis quando os homens vos odiarem...” (Lc 6,20-23). É como se Jesus já visse neles realizado algo da beleza das bem-aventuranças. As bem-aventuranças não são uma teoria, mas se realizam já neste mundo. Assim, não se deve ler as bem-aventuranças sem olhar para tantos que já agora são puros, santos, honestos... A Igreja é santa nos céus, mas o é também naqueles que, já aqui, se deixam guiar pela vivência radical do evangelho. Todos esses



que procuram viver o evangelho celebram, com os santos canonizados, a festa de Todos os Santos. E podem alegrar-se e exultar porque, pela graça, terão grande recompensa em Deus (cf. Mt 5,12).

2. I leitura (Ap 7,2-4.9-14)

Na primeira cena da leitura de hoje, do livro do Apocalipse, vemos os fiéis em meio a grandes provações. Sem livrá-los das dificuldades, Deus intervém em seu favor. Eles são marcados com “o selo do Deus vivo”, identificados como “servos de Deus” (v. 3). A marca que recebem é o batismo, que, na comunidade cristã primitiva, muitas vezes aparece na imagem do “selo” (cf. 2Cor 1,21-22). Ele faz do cristão propriedade de Deus e, por isso, é sinal que protege do juízo escatológico. Dessa forma, já agora pertencem a Deus e depois chegarão à glória de Deus, estarão de pé diante de seu trono (v. 9).

Em seguida, o texto apresenta a visão dos eleitos no céu, aqueles marcados com o selo (v. 9-14). Eles são incontáveis (cf. Gn 15,5: a promessa a Abraão), num número de grandeza incomparável (12 x 12 x 1.000, v. 4), e provêm de todas as partes do mundo. São admitidos onde antes estavam só os anciãos e os quatro seres vivos: à presença de Deus (cf. Ap 5,6-8). Portam vestes brancas, a vida nova na qual entraram pelo batismo e que se plenifica na glória celeste. E têm nas mãos palmas, símbolo da vitória (v. 9). Foram purificados pelo batismo, no qual se torna realidade a força salvadora da cruz, e, passando pela provação, a venceram (v. 13-14).

Por isso participam da liturgia celeste. O hino que cantam proclama Deus e o Cordeiro como autores da sua salvação (v. 10). O batismo, a força de vencer as provações, tudo eles receberam da graça de Deus. A eles se juntam os anjos, os anciãos e os quatro seres vivos, que cantam a glória e a majestade de Deus (v. 11-12).

Dessa forma, em duas cenas, uma terrestre

Animação bíblica na escola

Um “pensar bíblico” para uma releitura da educação e da vida

Valéria Andrade Leal



Esta obra é uma importante contribuição para o serviço de animação bíblica. Unindo a experiência no uso da Sagrada Escritura com estudantes e o desejo de atuar na Pastoral Escolar, Ir. Valéria propõe uma “Animação Bíblica da Escola” que, muito além do uso da Bíblia na escola, seja um “pensar bíblico” que permita a releitura da educação e da vida, constituindo uma espiritualidade que envolva tanto a escola como o/a educador/a cristão/ã. O texto inclui a indicação metodológica de cinco preciosas chaves de leitura, bastante inspiradas na obra de Frei Carlos Mesters, um dos maiores biblistas católicos da atualidade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





(v. 2-4) e outra celeste (v. 9-14), o Apocalipse abre a realidade da ação salvadora de Deus, que já nesta história santifica os seres humanos e os guia para a meta última, a glória, na qual participarão da liturgia que não terá fim.

3. II leitura (1Jo 3,1-3)

A vida do cristão transcorre entre dois momentos: o agora e o que virá. O primeiro momento (v. 2) já é marcado pela realidade transcendente: somos realmente filhos de Deus. No Antigo Testamento, o povo de Israel aparece, embora raramente, como filho de Deus, mas num sentido simbólico, para indicar a estreita relação de pertença a Deus (cf. Os 11,1) e a realidade de ser obra das mãos de Deus, que é o Criador e aquele que formou o povo eleito (cf. Is 64,7; 63,16). No Novo Testamento, não se trata de um símbolo, mas de uma realidade. O único Filho de Deus, Deus como Deus, fez-se humano. E por sua obra redentora (cruz-ressurreição) deu-nos real participação na sua vida de Filho. Isso começa em nós pelo batismo. Essa realidade encontra-se, contudo, marcada pelos limites da história (geral e pessoal).

O segundo momento é a vinda futura do Filho de Deus. Então aquilo que já somos (filhos) será levado à plenitude. Quando encontramos alguém que amamos e que nos ama, nosso semblante se ilumina. Sorrimos, falamos... com confiança diante de um amigo. Quando encontrarmos a Deus, sua divina face iluminará a nossa face. Nosso “semblante” será iluminado. Resplandecerá em nós seu amor, sua divina Pessoa... Nossa semelhança com ele chegará ao ápice.

Essa esperança deve guiar nossa vida, dando-nos força e motivos para permanecer-mos fiéis, trazendo às categorias, valores e estruturas de nossas sociedades, que tantas vezes rejeitam o evangelho, a interpelação que vem de Deus. Assim, o cristão não só se santifica, mas santifica a história.

III PISTAS PARA REFLEXÃO

- O Concílio Vaticano II, no documento *Lumen Gentium*, fala da vocação de todos à santidade. Estamos convictos de que temos o chamado para ser *santos*? De que nosso testemunho perante a própria Igreja e perante a sociedade passa pela resposta a essa vocação?

- Em que consiste a santidade da Igreja, dos cristãos? Como ser cristão coerente num mundo em que há tantas estruturas e valores que contrariam o evangelho?

- Nossa santidade é mais obra nossa ou de Deus?

32º DOMINGO DO TEMPO COMUM

8 de novembro

Dar não só o supérfluo, mas mesmo do necessário

I. Introdução geral

O tema predominante na liturgia deste domingo é dado pela correspondência entre o episódio da viúva pobre no templo (evangelho) e o da viúva de Sarepta (1ª leitura). A partir daí, pode-se compreender a crítica que Jesus faz aos escribas e a dimensão do sacrifício de Cristo tematizado na carta aos Hebreus.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. leitura (1Rs 17,10-16)

O texto de 1Rs 17,10-16 faz parte do início das narrativas acerca do profeta Elias (cf. 1Rs 17-19; 21; 2Rs 1-2). O contexto da cena é



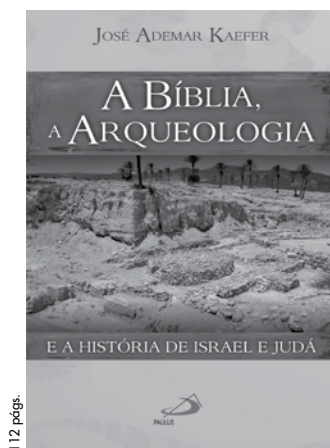
a grande seca enviada pelo Senhor (v. 1). O rei Acab promovia o culto ao deus cananeu Baal, ao qual era atribuída a chuva e a fertilidade dos campos. Com a seca, o Senhor mostrava a inoperância do deus cananeu e a potência de sua palavra, que fechava os céus. Elias recebe a ordem de habitar em território fenício, na região de Sarepta (v. 9), cerca de 15 km ao sul da cidade de Sidônia. Tratava-se de um território pertencente ao sogro do rei. As realizações de Elias naquela região fora do domínio de Israel demonstravam o grande poder do Senhor, que ultrapassava as fronteiras israelitas.

Elias é um profeta chamado individualmente por Deus, não ligado à corte nem a um grupo de profetas; por isso, quando não se encontra em sua própria morada, depende da hospitalidade e da caridade de outrem. Deus o adverte de que uma viúva lhe virá em auxílio (v. 9). Uma pessoa naturalmente desprotegida na sociedade israelita e em situação de particular necessidade (por causa da seca) é o instrumento de Deus para vir em socorro de seu profeta. Deus se serve dos frágeis, mas generosos, para melhor manifestar a sua força. É a viúva quem dará sustento ao grande Elias. Ela possui, em sua indigência, muito pouco. Mas esse pouco será o princípio com base no qual ela tirará sustento para si, para seu filho e para o profeta, e por longo tempo (v. 15).

Julgando segundo razões bem plausíveis, a mulher expõe sua quase impossibilidade de atender ao pedido do profeta por um pouco de pão. Elias, porém, mantém-se firme em sua solicitação e dela exige o pouco que ainda lhe resta. Mas apoia essa exigência na confiança de que o Senhor cuidará da situação (“Não temas, não te preocupes!”, v. 13) e garantirá a sobrevivência dos três durante o tempo da seca (v. 14). Credo na palavra de Deus, transmitida pelo profeta, a viúva obedece e vê sua generosidade recompensada pela manutenção dos víveres mais necessários à vida, os quais, no momento de seu encontro com Elias, estavam

A Bíblia, a arqueologia e a história de Israel e Judá

José Ademar Kaefer



Nas duas últimas décadas, a arqueologia e as pesquisas literárias da Bíblia têm mudado a compreensão da história de Israel. Tanto que, em nossos dias, não é mais apropriado pensar Israel e sua história como única grande entidade nacional sob um único governo, mas como duas entidades distintas: Israel Norte e Judá. O marco é 722 a.C., quando a Assíria invade a capital Samaria. Só então Judá se torna independente do domínio do norte, se desenvolve e começa a escrever a história, incorporando e assumindo as tradições do norte como suas. Portanto, “desenterrar” a memória de Israel Norte é ainda uma tarefa longa, mas que este livro se propõe a iniciar: a história vista a partir de Israel Norte.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





prestes a acabar (v. 15). Deus garante o alimento; ele é quem dá o sustento necessário à vida. E o dá para ser partilhado.

2. Evangelho (Mc 12,38-44)

O texto do evangelho são as últimas palavras de Jesus antes do discurso escatológico, último de sua vida pública (cf. Mc 13), e antes da paixão. É como uma última indicação das disposições que deve ter seu discípulo. O texto da liturgia possui duas partes: nos v. 38-40, Jesus admoesta os discípulos quanto ao comportamento dos escribas; os v. 41-44 trazem a cena da viúva pobre que deposita seu donativo no templo. Aproximando os dois temas, o evangelista quis estabelecer contraste entre os escribas e a pobre viúva, propondo esta última como modelo.

Na primeira parte (v. 38-40), Jesus começa com uma advertência: “Guardai-vos dos escribas... cuidado com os escribas” – chamando a atenção para a necessidade de estar atento e não se deixar influenciar pelo comportamento deles. Em seguida, aponta duas atitudes dignas de crítica. Primeiramente, *a procura de reconhecimento e elogios*, por meio do uso de túnicas usadas para sair, vistosas e eventualmente ricas (o termo grego *stolé* indica por vezes a veste do rei ou do sacerdote: cf. 2Cr 18,9; Est 6,8; Ex 28,2); do gosto de serem saudados em primeiro lugar, o que demonstrava sua importância; da satisfação em ocupar tanto os primeiros postos na sinagoga, reservado a personalidades importantes (ou ao menos seus próprios lugares, já que os escribas não se sentavam junto com o povo, nas sinagogas, mas em lugares especialmente reservados), quanto os lugares ao lado de quem oferecia um banquete (cf. Lc 14,18ss). Em segundo lugar, *o desejo de possuir bens*, mesmo daqueles que eram objeto da proteção especial de Deus (viúvas e órfãos: cf. Ex 22,21-22). “Devorar as casas” significa apropriar-se ilícitamente, talvez por meio dos altos preços exigidos por consultas jurídicas. Tal atitude é

agravada por ser levada a efeito por pessoas que “ostentam longas orações”.

Jesus critica, assim, os escribas por sua pretensão de ter, na comunidade, uma posição de destaque em virtude do conhecimento da Lei. O que deveria ser um serviço à comunidade torna-se motivo de autopromoção e de dominação. Sua crítica termina com uma condenação, que equivale a um juízo divino escatológico (assim o expressa o termo grego *kríma*, sentença, julgamento). Os escribas receberão um julgamento mais severo, porque eram conhecedores da vontade de Deus e porque se serviam de pessoas frágeis para seus propósitos escusos.

A segunda parte do evangelho de hoje (v. 41-44) se passa na sala do tesouro do templo, no átrio das mulheres, onde havia três cofres destinados a receber as ofertas dos fiéis. Os doadores diziam em voz alta o valor que depositavam e o entregavam a um sacerdote. Desse modo, Jesus podia conhecer o que era oferecido. O evangelista apresenta duas contraposições: muitos ricos / uma só viúva; ofereciam muito / ofereceu duas moedinhas. Essa contraposição faz ressaltar a pobreza da viúva e a sua posição desfavorável. Ela oferece duas “lepta” ou um “quadrante”, respectivamente as menores entre as moedas gregas e romanas.

O ensinamento de Jesus aos seus discípulos é solene: “Em verdade vos digo” – ele dará uma sentença verídica sobre o fato. A oferta da pobre viúva supera a dos ricos, porque é seu *tudo*. Os ricos nada têm de prejuízo com o que dão, pois dão do seu supérfluo. A viúva dá tudo o que tem. Ela poderia ter dado só uma moeda, mas deu as duas que tinha e, por isso, seu sacrifício é maior e mais autêntico, mais generoso.

Quem dá o que lhe sobra não vê tocada sua própria existência, que continua segura. Doando tudo o que tinha para viver, a viúva professou concretamente seu amor e total adoração a Deus, a entrega de sua vida a ele e, simultaneamente, a confiança na sua pro-



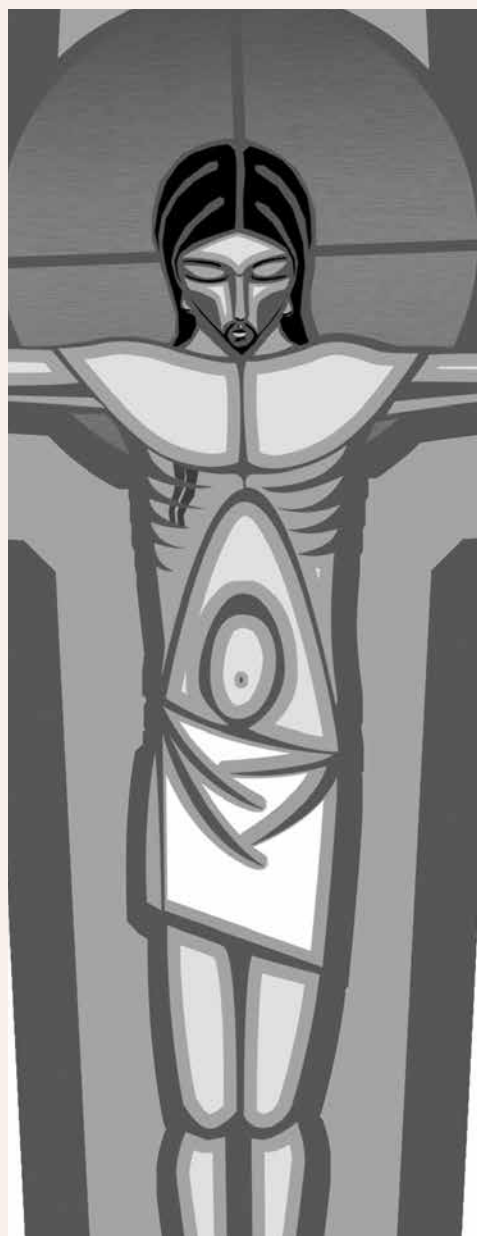
vidência. Não basta dar a Deus o supérfluo; Deus não quer de nós alguma coisa, mas, sim, ele *nos quer*. Jesus não fez à pobre viúva do templo uma promessa de sustento, como o fez o profeta Elias em Sarepta. A viúva do templo tem sua recompensa a partir de seu próprio ato. Se ela assim se dá a Deus... que não dará Deus a ela?

De outro lado, se ela assim se doa a Deus, este deve ser também o modelo de sua doação aos outros. Nossa solidariedade com todos não se pode expressar só em dar o nosso supérfluo, mas também o que nos é necessário, não só materialmente, mas também nosso tempo, nossa atenção, nossa compreensão, nossa paciência... Enfim, nós mesmos.

A viúva é, assim, apresentada como exemplo, embora na sociedade de então não ocupasse nenhum destaque (por ser mulher e sem marido, sem proteção; e por ser pobre). Ela é exemplo que resume em si, de certa forma, a atitude que cabe ao ser humano diante de Deus.

3. II leitura (Hb 9,24-28)

O texto da carta aos Hebreus de hoje faz parte do trecho 8,1-9,28, que traça a contraposição entre o modo de garantir o acesso a Deus nos sacerdotes do Antigo Testamento e em Jesus. Jesus realiza um *novo* sacrifício que supera infinitamente os do Antigo Testamento, porque não foi feito num templo humano, em Jerusalém, mas chegou ao céu e abriu a face de Deus em nosso favor (v. 24). E porque não precisa ser realizado muitas vezes, mas *uma só* (v. 25-26). Por que não precisa ser repetido? Primeiramente, porque cumpriu em si todas as exigências da oferta, da adoração a Deus. Não pode haver nada maior. O mistério pascal supõe o mistério da encarnação da Segunda Pessoa Divina; por ser o sacrifício de Deus encarnado, esse sacrifício é absolutamente único. Em segundo lugar, porque tal doação a Deus é capaz de realizar plena e incomparavelmente a comunhão do ser huma-



lúcio américo
arte sacra

tendalucio@gmail.com
(11) 98729.6727

www.lucioartesacla.com



no com Deus. Jesus realizou a salvação de modo pleno, cabal (v. 28).

Aqui se abre a dimensão cristológica do discipulado exposto no evangelho. Se a viúva é modelo de discípulo por dar-se totalmente a Deus (e, daí derivando, também seu amor ao próximo), a carta aos Hebreus, lida nesse contexto, mostra que Jesus é o modelo do discípulo, também porque ofereceu a Deus todo o seu ser, sem nada reter, incluindo sua vida e sua morte. Ele deu realmente tudo o que tinha (cf. Mc 12,44).

III. Pistas para reflexão

- Estou atento ao fato de que Deus pode manifestar-se não só no que é mais vistoso, mas também nos mais frágeis, nos indigentes, nos sem nome?

- Como é meu serviço na comunidade eclesial? É realmente um serviço a Deus e a meus irmãos, ou a mim mesmo?

- Sei estar diante de Deus em atitude de adoração, para oferecer-lhe toda a minha vida, todo o meu ser? Sei que essa oferta tem como modelo último o próprio Senhor, que deu a sua vida por nós?

33º DOMINGO DO TEMPO COMUM

15 de novembro

A cada momento tocamos o final dos tempos

I. Introdução geral

O tema central do domingo de hoje é a consumação da história, com a parúsia do Senhor. Essa consumação é preanunciada no livro de Daniel, ao descrever o fim dos tempos e a ressurreição que então terá lugar. O

Senhor que virá cheio de glória é aquele que, na cruz, se ofereceu como vítima e sacrifício uma vez para sempre.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Dn 12,1-3)

O texto de Dn 12,1-3 dá continuidade ao capítulo 11 e particularmente aos v. 40-45, que descrevem o “tempo do fim” (11,40) e nos quais se entrevê a morte do rei Antíoco IV, que procurou impor a cultura e a religião pagãs ao povo judeu. É a esse tempo que se refere o início do nosso texto de hoje: “Naquele tempo...” (12,1).

Será um tempo de angústia máxima, no qual só se pode esperar saída por uma intervenção decisiva de Deus. Miguel aparece com a função de protetor, ou de advogado do povo de Deus, ou ainda de juiz que, como instrumento de Deus, impõe a justiça. A intervenção de Deus que livra o povo da angústia é, em primeiro lugar, a aniquilação do rei estrangeiro, mas se alarga numa dimensão mais ampla, pois diz respeito também àqueles que já morreram. O agir de Deus alcança mesmo os que já não são parte ativa desta história.

Os que serão libertados da angústia são aqueles que estão inscritos no “livro”. A ideia de um livro onde estão escritos os atos dos seres humanos ocorre em outros lugares na Bíblia (cf. Ex 32,32-33; Ml 3,16; Sl 68/69,29). Os que estão inscritos serão liberados da angústia: são os membros da comunidade da aliança, que permaneceram fiéis a Deus apesar das tribulações e perseguições; são os justos que ainda não morreram, mas – com os justos que ressuscitarão (v. 2) – também receberão a vida eterna.

A esse tempo final pertence também a ressurreição. Não se trata aqui da ressurrei-



ção universal (o texto diz literalmente “muitos dentre os que”), mas da ressurreição dos sábios e dos ímpios. Eles receberão destinos diferentes: a vida eterna, a ignomínia eterna.

Os “sábios” (*maskilim*) são os prudentes, os que julgam retamente. Esse termo adquiriu também a conotação de “aquele que tem êxito, que prospera”. Eles são aqueles que conduzem muitos para a justiça (literalmente: tornam [outros] justos), que caem pela espada e pelo fogo e são purificados (cf. 11,33-35). Esse fato e ainda a presença de três termos – “sábio” ou “o que tem êxito”; “muitos”; “tornar justo” – fazem uma ponte de nosso texto com o quarto cântico do Servo sofredor (Is 52,13-53,12), que morre, mas *terá êxito* (Is 52,13) e *tornará justos muitos* (53,11). Assim sendo, os sábios de Dn 12 têm uma função em relação ao povo que é, de certa forma, paralela à do Servo sofredor de Isaías. Mas, em Isaías, o servo torna justos muitos em virtude de seu sacrifício expiatório (cf. Is 53,5-6.10-11); em Daniel, os sábios tornam justos muitos em virtude de seu ensinamento.

Muitas vezes, os sábios são identificados com os “piedosos” (*hassidim*). Estes, porém, chegaram a formar, na época do livro de Daniel, um grupo militante armado (cf. 1Mc 2,14), liderado por Judas Macabeu (cf. 2Mc 14,6). Os sábios de nosso texto, ao contrário, são aqueles que renunciaram a meios violentos para fazer prevalecer o direito de Deus. Sua exaltação vem do fato de instruírem a muitos nos caminhos da justiça.

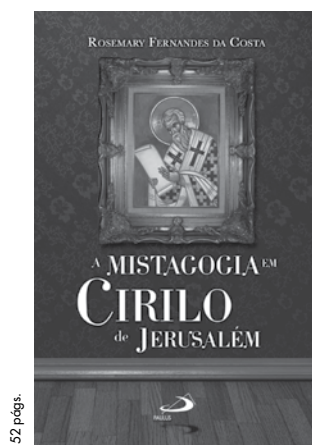
O julgamento de Deus sobre a história pode tardar, mas não falhará. Por fim prevalecerá sua justiça, que recompensará os fiéis e dará glória e beleza divinas àqueles que de modo particular foram seu instrumento. Com isso, a comunidade de fé é fortalecida para enfrentar perseguições na confiança da intervenção final do Senhor.

2. Evangelho (Mc 13,24-32)

O tema do capítulo 13 de Marcos é a es-

A mistagogia em Cirilo de Jerusalém

Rosemary Fernandes da Costa



Para a Igreja dos primeiros séculos, essa foi a teologia que não apenas embasou os processos de iniciação, mas que orientou a seleção de conteúdos, a liturgia, as práticas, as revisões e avaliações. Neste trabalho, nos dedicamos a uma das fontes patrísticas que muito tem a nos dizer com relação a esse tema, a coletânea das Catequeses Mistagógicas, de Cirilo de Jerusalém. Convidamos você, leitor e leitora, a procurar “ouvir” Cirilo falar, buscando entrar em sintonia com seu tempo e, depois, pouco a pouco, deixar-se “conduzir” pelas mãos de Cirilo, pelos mesmos caminhos com os quais orientava seus catecúmenos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





catologia, isto é, a conclusão e a meta da história, que se manifestará com a parúsia, a segunda vinda do Senhor. Esse discurso usa numerosas imagens tiradas de textos proféticos do Antigo Testamento e da *apocalíptica judaica*. A apocalíptica é um conjunto de ideias que responde a uma situação de grave crise com base em uma *revelação* de Deus. Essa revelação mostra o sentido das tribulações presentes e, baseando-se no fato de que é Deus, em última instância, quem dirige a história, inculca a ideia de seu triunfo final sobre todo o mal. Fornece à comunidade, assim, meios para enfrentar a realidade negativa que experimenta.

Dessa forma, o discurso de Jesus em Mc 13 não procura primeiramente descrever os acontecimentos do fim da história. Não se preocupa em anunciar uma catástrofe ou fazer uma ameaça, mas indicar que o mundo tem uma meta, para a qual inexoravelmente caminha: a vinda do Filho do homem em poder e glória. Acontecerá então a consumação do plano de Deus. Com isso, visa inculcar uma atitude nos cristãos: eles devem estar sempre vigilantes, pois o Senhor, embora possa tardar, com toda a certeza virá. Seus discípulos vivem já na certeza dessa vinda, atentos a ela, fixando o olhar naquele que retornará.

Após a introdução (v. 1-4), o discurso de Jesus descreve os sinais precursores do fim e ensina a atitude do discípulo em tal situação (v. 5-23). O texto do evangelho de hoje toca o ponto central do discurso (v. 24-27) e é complementado pela primeira das duas parábolas que se seguem (v. 28-29) e por exortações à vigilância (v. 30-32). Com a indicação da segunda vinda de Jesus, de fato, o discurso chega ao seu ponto alto. Essa vinda (parúsia, cf. 1Ts 4,17: retorno glorioso de um rei ou general após uma guerra ou visita do imperador a uma cidade) terá lugar “depois daquela tribulação”. Os sofrimentos que marcarão o tempo final não são a conclusão de

tudo; haverá grande mudança, determinada pelo retorno do Filho do homem.

A vinda do Filho do homem é descrita com imagens cósmicas. Trata-se de um modo de falar com o objetivo de enfatizar que se trata de uma teofania, uma manifestação de Deus cheia de glória e poder.

A expressão “Filho do homem” evoca o texto de Dn 7,13-14. As nuvens indicam sua origem celeste. O tempo da consumação já não será marcado pelo levantar-se de Miguel, mas pelo retorno do próprio Jesus. Sua vinda será não mais na fraqueza de sua humanidade terrestre, mas na glória de sua ressurreição e no seu poder para julgar o mundo e a história (cf. Mt 25,31). Ele vem para todos. Não se diz *para que* ele vem; apenas se acena à reunião de todos os justos de todas as partes. A imagem dos anjos que reúnem os eleitos ocorre já no Antigo Testamento (cf. Zc 2,10; Dt 30,4): o povo eleito se encontra disperso por toda a terra, e Deus o reunirá no fim dos tempos. Em Marcos, trata-se da comunidade cristã, que participará da salvação. A reunião dos discípulos em torno de Jesus constitui, em Marcos, a comunidade da Igreja. Com efeito, em Marcos, a primeira ação de Jesus é chamar e reunir a si os discípulos; eles estarão com ele todo o tempo de sua vida pública (cf. Mc 1,16-20). Na parúsia, a Igreja será levada à sua plenitude, quando os justos (cf. Dn 12,2) estarão definitivamente com o Senhor (cf. 1Ts 4,17).

A parábola que segue (v. 28-29) mostra a necessidade de saber discernir os sinais precursores do fim (v. 5-23). O discípulo deve ser sábio: deve ser capaz de observar e interpretar. Como os sinais estão presentes em vários momentos da história, o cristão é chamado, a cada instante, à consciência de que “está próximo, às portas” (cf. 1Ts 5,1-3). A parúsia do Senhor é um acontecimento futuro que lança luz ao presente de cada cristão, à medida que influencia seu pensar, seu julgar, seu agir.



O v. 30 refere-se, ao contrário, a todos os acontecimentos indicados no discurso (“até que *tudo* isso aconteça”). “Esta geração não passará”: a geração à qual são dirigidas as palavras do evangelho. Mais do que uma ideia precisa acerca do tempo, o que se quer transmitir é a certeza de que tal Palavra se cumprirá: tal certeza deve ser um chamado constante à conversão e à necessidade de estar vigilante.

A chave de interpretação dos sinais é a Palavra de Jesus (v. 31). A parúsia mostrará que tudo é transitório, com exceção da sua Palavra. A consumação da história já começa em nossas decisões e na Palavra de Jesus que já hoje opera.

O texto conclui enfatizando que determinar o momento da parúsia é algo reservado ao Pai (v. 32). Há uma linha ascendente: anjos – Filho – Pai. Isso sublinha a absoluta liberdade de Deus, a gratuidade de seu agir, e em nada diminui o poder de Jesus. Mostra, porém, que Jesus quis, como homem, submeter-se totalmente ao Pai, dele recebendo tudo. Para a comunidade de Marcos, isto é o decisivo: saber que o dia virá com certeza e que o momento de sua vinda está nas mãos de Deus.

3. II leitura (Hb 10,11-14.18)

O texto da segunda leitura pertence à mesma seção do trecho do domingo passado, no qual se apresenta a diferença entre como os sacerdotes do Antigo Testamento garantiam o acesso a Deus e como Jesus o fez. O ponto central aqui é que Jesus realizou um sacrifício único pelos pecados, pois por ele alcançou plenamente a salvação do gênero humano. O perdão já foi concedido (v. 18), Deus já se tornou propício aos seres humanos e não voltará atrás.

Por esse sacrifício irrepetível, Jesus alcançou a glória (v. 12). A ressurreição de Jesus o constitui Senhor da história. O tempo atual aguarda o momento em que seus inimigos serão colocados como apoio para seus pés (v. 13): quando o Senhor consumará sua obra. Ele é o

glorioso, o Filho do homem que julgará o mundo por sua Palavra e tudo levará à plenitude.

III. Pistas para reflexão

- Sou alguém que procura contribuir para que muitos cheguem mais facilmente a Deus (Dn 12,3)? Ou, por meu agir, contribuo para que reine no mundo a injustiça, a maldade, o erro?

- Como a parúsia do Senhor influencia minha vida e a de minha comunidade já agora?

- Sei/sabemos ler os sinais da minha/nossa história à luz da Palavra de Deus, à luz de sua morte, caminho para a glória?

34º DOMINGO TC. / CRISTO REI

22 de novembro

O Crucificado é rei eterno e universal

I. Introdução geral

Jesus Cristo é Rei universal. Seu reinado se manifesta em seu amor por todos e chegou ao ápice no seu sacrifício da cruz, caminho para sua glorificação. Ele é o Messias transcendente, que veio e retornará em poder.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Dn 7,13-14)

Após a visão de quatro animais (Dn 7,2-8), Daniel reporta a visão do trono de Deus e de seu juízo sobre o mundo (v. 9-12). Os v. 13-14 mencionam a visão do filho de homem que se apresenta diante do trono de Deus. A partir do v. 15, o texto traz a interpretação das visões (v. 15-28).



O “filho de homem” é figura que ganhou grande importância na tradição judaica e cristã. Literalmente, significa “ser humano” (cf. Sl 144,3; Jó 16,21; Jr 49,18.33 etc.). Mas não é simplesmente tal, pois é apresentada em forma de comparação: “*como* um filho de homem”. O “como” indica que ele é percebido numa visão, não distintamente, mas de modo pouco claro. Pode ou não ser um ser humano. Como, no livro, “homem” muitas vezes se refere a anjos ou seres celestes (cf. Dn 8,15; 9,21; 10,5; 12,5-7), o “filho de homem” poderia representar um ser celestial. Isso é confirmado pelo fato de vir “nas/com as nuvens do céu”, ou seja, ter origem celeste; ele é transcendente. No Novo Testamento, particularmente nos evangelhos, a expressão “Filho de homem” referir-se-á quase exclusivamente a Jesus Cristo, o que bem expressará, além de outras características, sua origem divina.

Os quatro animais são representações esquemáticas de reis e reinos que se sucederam na história (não exatamente em número de quatro), até o reinado helenista da época de Daniel. Isso faz pensar que também o filho de homem seja uma figura régia. Como ele é associado aos santos do Altíssimo, que receberão o Reino (v. 18.27), pode ser considerado um ser individual que representa todo o povo que participará do Reino eterno.

O “filho de homem” se apresenta diante do Ancião, figura de Deus que vive para sempre. Dele recebe o império, um domínio universal, permanente e indestrutível. Tomará, portanto, o lugar dos reinos que dominaram a história, que não são nem universais, nem permanentes, nem indestrutíveis.

Há evidente contraste entre as feras que sobem do mar (v. 3) e o filho de homem, que vem nas nuvens do céu. Seu reinado não será fruto das vicissitudes de uma história que tantas vezes se apresenta dominada pelos poderes do caos (o mar), daquilo que é o oposto de Deus. Não são os poderes deste mundo que determinam a história, mas o verdadeiro senhor da his-

tória, Deus, é que, afinal, fará triunfar seu Reino. E o fará por meio de alguém que vem de seu mundo divino. A comunidade pode então confiar que a última palavra pertence a Deus. E adquirir, assim, a chave para interpretar a história, para enfrentar perseguições, sem se deixar subjugar pelo aparente poder mundano, mas mantendo-se firme na fé no poder de Deus.

2. II leitura (Ap 1,5-8)

O texto, que praticamente abre o livro do Apocalipse, apresenta a glória e o poder de Jesus Cristo e as consequências de sua obra para nós.

A pessoa de Jesus ocupa o centro da mensagem. Diversos predicados seus são aí descritos.

a) Ele, o Ressuscitado, é *rei*, com poder e glória plenos (v. 5a.6b).

b) *Ele vem*. Ele vem “em meio a nuvens” (v. 7), como o “filho de homem” de Daniel, numa clara indicação de seu caráter transcendente e de seu domínio universal.

No v. 8, Deus se autoapresenta como “aquele que é e que era e que *vem*”. Trata-se de uma releitura de Ex 3,14, onde Deus se revela como o “Eu sou”. A tradição judaica já havia explicado esse nome com a expressão: “aquele que é, que era e que será”. O Apocalipse, porém, muda essa fórmula, substituindo “o que será” por “o que vem”. Com isso, a expressão diz respeito a Deus Pai, que garante o que foi dito anteriormente (ele é o alfa e o ômega em Ap 21,6), mas, ao mesmo tempo, abre-se para indicar Jesus (ele é o alfa e o ômega em Ap 22,13). No Apocalipse, marca-se de modo muito forte a unidade (na diversidade das Pessoas) entre o Pai e o Filho.

Aquele que vem é o Filho de homem poderoso, mas que sofreu na cruz, que foi traspassado (v. 7, cf. Zc 12,10.14), que derramou seu sangue (v. 5). A união da figura do Filho de homem poderoso com a do traspassado de Zc 12, dois aspectos tão contraditórios, mostra a novidade do Novo Testamento quanto ao



Salvador. Seu poder se manifesta não afastando a morte, mas assumindo-a e transformando-a. Por isso, seu poder alcança a todos (v. 7), mesmo os responsáveis por sua morte. Seu triunfo será universalmente reconhecido.

c) Ele é *aquele que nos ama e nos libertou de nossos pecados* (v. 5). Sua obra de redenção, realizada na cruz (ele nos *libertou*, no passado), é fruto de seu amor, que não é um ato (só) passado, mas presente (ele nos *ama*).

Daí surgem as consequências para nós: pelo poder de seu amor, somos libertados do pecado (v. 5) e, com isso, adquirimos dignidade régia e sacerdotal. O que era promessa para o povo judeu, após a libertação do Egito, se guardasse a aliança (cf. Ex 19,6), agora se tornou realidade, por sua cruz e ressurreição. Aquilo que Jesus é, ele o participa a seus fiéis.

Se é assim, a comunidade eclesial tem só uma coisa a dizer: “a ele seja a glória e o poder pelos séculos dos séculos. Amém” (v. 6).

3. Evangelho (Jo 18,33b-37)

A cena é a do processo contra Jesus. Pilatos pergunta-lhe se ele é o “rei dos judeus” (Jo 18,33). Tal pergunta remete à acusação que o levou ao tribunal (cf. Jo 19,31), da qual Pilatos se distancia (“Acaso sou eu judeu?”, v. 35), negando implicitamente que tivesse nela qualquer responsabilidade. Na boca do juiz romano, porém, tal pergunta poderia denotar certo desprezo pelos judeus, pois ele apresenta aos acusadores Jesus, já flagelado e escarnecido, como “o vosso rei” (cf. 19,14-15) e o caracteriza, no letreiro colocado na cruz, como o “rei dos judeus” (19,19).

Jesus, porém, eleva o nível da pergunta de Pilatos. Responde com uma interrogação que lembra aquela que, nos sinóticos, fizera aos discípulos: “Quem dizem os homens que eu sou? E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mc 8,27.29). Pilatos não alcança, porém, a interrogação de Jesus e responde enfocando o essencial no processo: “Que fizeste?” (v. 35). É nesse momento que Jesus responde se ele é ou não o rei dos

O sacramento do matrimônio e as causas da nulidade

Anselmo Chagas de Paiva



Na Carta aos Efésios, São Paulo frisa que, nos esposos cristãos, se reflete um mistério grandioso: a relação instaurada por Cristo com a Igreja, uma relação nupcial (cf. Ef 5,21-33). A Igreja é a esposa de Cristo. Isso significa que o matrimônio corresponde a uma vocação específica e deve ser considerado uma consagração (cf. GS 48; FC 56). O homem e a mulher são consagrados no seu amor. Com efeito, em virtude do sacramento, os esposos são revestidos de uma autêntica missão, para que possam tornar visível, a partir das realidades simples e ordinárias, o amor com que Cristo ama a sua Igreja, continuando a dar a vida por ela na fidelidade e no serviço.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





judeus: “Eu sou rei... Meu reino não é daqui” (v. 36-37). Jesus define sua realeza. Ele não é “rei dos judeus”; é simplesmente “Rei”. Os judeus que a ele se opuseram não o aceitam como seu rei (cf. 19,15.21): o rei deles é César. Sua realeza, embora abarque Israel (cf. 12,15), ultrapassa as fronteiras israelitas. Seu poder é universal.

Jesus possui dignidade régia, pois recebeu de seu Pai todo o poder (cf. 3,35; 10,29; 13,3). Em sua cruz-ressurreição, em sua glorificação, ele inaugura sua realeza, ao desbançar o “príncipe deste mundo” (cf. 12,31-32).

A partir daqui, entende-se melhor o que significa que seu reino não seja deste mundo. João normalmente indica, por meio da menção da origem (de onde é algo), o que determinada coisa é. A realeza de Jesus não vem deste mundo (cf. 6,15, sua recusa a ser feito rei), embora se manifeste no mundo e para o mundo. Mas tem origem e natureza transcendente. Assim, Jesus explica a Pilatos que não é um agitador político que quer impor seu poder pela violência. Seu reino não se reduz a pretensões mundanas, mas, mesmo começando a instaurar-se aqui, visa a algo que ultrapassa esta história.

O v. 37 expressa positivamente a realeza de Jesus: ele tem origem divina, “veio” (do Pai) ao mundo. Ele é o revelador único da verdade salvífica e convida a aceitá-la. Aquele que “ouve a sua voz” e a acolhe começa a ser “da verdade”, entra no âmbito de seu poder vitorioso:

Minhas ovelhas *ouvem a minha voz*. Eu as conheço e elas me seguem.

Eu lhes dou a vida eterna.

Elas jamais perecerão e ninguém as arrebatará de minha mão (Jo 10,27-28).

Ele é Rei, mas exerce sua realeza exatamente aceitando a cruz. Assim, ele instaura um reinado que contradiz os poderes mundanos, pautados tantas vezes pela violência. Seu reinado já se iniciou. Por sua glorificação, os reinos deste mundo *já* foram relativizados, e *já* tem lugar o reinado do Filho do

homem; mas tal realidade *ainda não* penetrou todas as realidades desta história, o que ocorrerá somente quando “aquele que vem” (Ap 1,8) completar sua obra redentora.

III. Pistas para reflexão

- Permito que Jesus exerça sua realeza na minha vida, na vida de minha comunidade, por meio da abertura à sua Palavra, à sua vontade, ao seu perdão, ao seu amor, e pela solidariedade com tantos que sofrem e procuram um sentido para a vida?

- Creio/cremos realmente na cruz como caminho para a glorificação? Ou procuro/procuramos a glória sem a cruz? Como isso se demonstra no dia a dia?

- Sei/sabemos discernir o que contribui para o reinado de Cristo daquilo que a ele se opõe e, ao contrário, contribui para o reino do maligno?

1º DOMINGO DO ADVENTO

29 de novembro

A alegre expectativa da vinda do Senhor

I. Introdução geral

O primeiro domingo do Advento abre a perspectiva da segunda vinda do Senhor. Ela virá com toda a certeza e marcará a libertação total daqueles que aceitaram a Palavra de Jesus e viveram na vigilância, na oração (evangelho), dando frutos do amor plantado em seus corações pelo próprio Deus (segunda leitura). Assim se cumpre, de modo inusitado, a palavra de Jeremias (primeira leitura), a qual anuncia a vinda de um rei justo, que conduzirá o povo eleito à sua plena realização.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Jr 33,14-16)

O texto de Jeremias apresenta um oráculo de salvação que será a realização plena da promessa de Deus. Este oráculo tem dois componentes:

a) Deus suscitará um rei da dinastia davídica. Numa época em que já não há monarquia em Jerusalém, espera-se, com base na promessa feita a Davi (cf. 2Sm 7,12-16), a restauração da realeza em Jerusalém. Mas, diferentemente de tantos monarcas que haviam reinado na cidade santa, particularmente nos últimos tempos antes da invasão babilônica, esse novo rei realizará a vontade de Deus, estabelecendo o direito e a justiça, ou seja, a vida conforme os mandamentos.

b) O país entrará numa nova situação. Judá e sua capital, Jerusalém, estarão livres de qualquer ameaça estrangeira, não mais sujeitas à destruição. Assim todo o povo reconhecerá que Deus age em seu favor. Ele é sua justiça, ele é quem realiza a reta ordem na história universal e no interior do povo eleito, garantindo a observância de sua vontade, expressa na Lei.

No Novo Testamento, o rei suscitado por Deus que restabelece a justiça é Jesus. Não mais numa monarquia terrestre, em Jerusalém, mas num domínio que a ultrapassa e se estende a todos os povos. Ele o faz já inicialmente em sua vida terrena; realiza-o na sua cruz e ressurreição; e o consoma na sua segunda vinda, quando virá com “poder e grande glória” (Lc 21,27). O novo povo de Deus recebe, por meio dele, a garantia de participar da nova época salvífica (cf. Lc 21,28).

2. Evangelho (Lc 21,25-28.34-36)

Após anunciar a queda de Jerusalém (Lc 21,8-24), o discurso escatológico de Jesus abre-se para a consumação final, que virá não

só para Jerusalém, mas para todo o orbe (v. 26.35). A consumação final é determinada pela vinda do Filho do homem (v. 27.36) e é precedida por sinais cósmicos (no céu e na terra: v. 25), que reverterem a ordem da criação, levam-na ao caos, criando uma situação de grande temor e angústia. Trata-se de um modo de falar que tematiza o futuro desconhecido com base no imaginário conhecido. São imagens utilizadas na apocalíptica e no discurso profético que têm por finalidade mostrar que este mundo, esta história, não tem consistência em si e por si. É a vinda do Filho do homem que põe em xeque toda segurança humana e decide o futuro da humanidade. Retoma-se aqui a visão de Daniel (7,13-14), aplicando-a ao Cristo morto e ressuscitado que virá consumir sua obra e receberá do Pai o domínio universal e o poder de julgar as nações (v. 36).

Opõem-se, no texto, o medo e a angústia das populações em geral e a confiante expectativa dos discípulos (“vós”: v. 28). A vinda do Senhor não será, para estes, motivo de inquietação, mas de alegria. A obra redentora de Jesus já os atinge no hoje histórico, mas sua volta marcará o momento em que já não estarão sujeitos aos percalços da vida, permeada de perseguições (v. 12-16). Os discípulos já não precisarão fugir para escapar de tribulações (v. 21). O desejo, presente em todo ser humano, de ter sua vida histórica totalmente integrada na salvação (cf. Rm 8,23) se realizará. A redenção será então levada à sua plena manifestação. Subentende-se que começará então uma época absolutamente nova.

A vinda do Senhor ocorrerá no “dia” (v. 34). Esse “dia” foi anunciado pelos profetas com variada gama de significados: desde o de juízo para o povo eleito até o de sua restauração definitiva e do aniquilamento dos pagãos. Agora, o “dia” é marcado pela ação do Filho do homem, que virá para julgar. Sua realização é absolutamente certa, mas sua expectativa não pode ser determinada com base num calendário do qual se espera o cumpri-



mento. Ela deve ser caracterizada pela atitude de prontidão em relação àquela vinda.

Em Lc 17,22-31, compara-se a atitude errônea diante do dia do Filho do homem com a dos contemporâneos de Noé e Lot, os quais, apesar das admoestações, continuaram sua vida sem atentar para a ameaça que estava por se realizar (o dilúvio e a destruição de Sodoma e Gomorra): “Comiam, bebiam...” (v. 27-28). Contra isso, Lc 21,34.36 exorta os fiéis a não se deixarem tomar pelas inquietações do dia a dia, esquecendo-se do anúncio de Jesus. “Não dormir, não embriagar-se...” (cf. 1Ts 5,6-7). É preciso manter-se atento, vigilante, plenamente consciente.

Na perspectiva de Lucas, porém, isso não basta. A vigilância deve ser cumprida na oração constante. Vigiar e orar (cf. Lc 22,46, no Getsêmani), o discípulo terá a força para superar as tribulações (v. 25-26), alegrar-se-á pela proximidade da vinda (v. 28) e terá confiança de ser acolhido pelo Filho do homem (v. 36).

O texto mostra, assim, o dia da vinda do Senhor como o dia da grande libertação. Nessa perspectiva, o cristão pode viver com imensa esperança. O futuro trará a plenitude dos dons de Deus e a consumação de toda a sua obra. Essa esperança se expressa então na atitude de permanente atenção e na oração constante. Longe de alienar o discípulo de suas responsabilidades, tal esperança lhe dará a motivação mais profunda e o dinamismo mais produtivo para que ele colabore na construção do Reino, já presente em semente.

3. II leitura (1Ts 3,12-4,2)

O texto litúrgico se inicia com uma oração do Apóstolo (3,12-13). Ela expressa suas expectativas, que simultaneamente são orientações de vida para os cristãos. Dois elementos são mencionados: o amor e a santidade.

O Apóstolo ora em primeiro lugar para que o Senhor faça crescer o amor, primeiramente entre os irmãos, mas também para com os que não pertencem à comunidade

cristã. Trata-se de uma atitude que os cristãos devem desenvolver; sua fonte, porém, é o próprio Deus: é ele quem o faz crescer. O amor deve ser realizado concretamente no trato cotidiano, mas isso só ocorrerá se cada um estiver aberto a recebê-lo de Deus. Então, sim, poderá transbordá-lo para os outros. É o que diz em outras passagens São Paulo: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações...” (Rm 5,5); e “Aprendestes pessoalmente de Deus a amar-vos mutuamente” (1Ts 4,9).

O segundo elemento, a santidade, não é um algo a mais ao lado do amor, mas designa a mesma realidade, embora de modo mais abrangente. A santidade não consiste simplesmente em comportamentos segundo a moral, mas segundo a vivência do amor. Tendo o cristão crescido no amor, Jesus confirma seu coração (a sede de sua vida, de sua intelectualidade, moralidade e espiritualidade) na participação da santidade do Deus que é amor.

Tal confirmação ocorrerá por ocasião da parúsia do Senhor. Será confirmada uma vida já vivida na santidade. O cristão não espera a parúsia de modo descompromissado, mas na tensão de uma vida que vive plenamente o presente com a luz que lhe confere o futuro.

Em sua vinda, Jesus não estará sozinho. Ele virá acompanhado de seus santos, que podem ser aqui os anjos e/ou os fiéis já falecidos. Ele inaugurará nova época da qual participarão todos os que viveram no amor.

O texto litúrgico continua com a exortação do Apóstolo, em tom afetoso, para que os cristãos não se acomodem, mas vivam sob o olhar de Deus, realizando sua vontade e progredindo nesse caminho. A fonte do amor é Deus (cf. 3,12), mas isso não dispensa o empenho pessoal.

III. Pistas para reflexão

- A santidade é vocação universal (*Lumen Gentium*, cap. 5). Levo a sério essa vocação?



Como vivo o amor (aos irmãos e aos que não pertencem à comunidade) em meio às tensões do cotidiano?

- As preocupações do dia a dia, a busca de bem-estar, de “qualidade de vida”, de sucesso... ocupam minha atenção, de modo a obscurecer a orientação de minha vida para o Senhor?

- Como viver o compromisso cristão neste mundo em atitude de vigilância e oração?

2º DOMINGO DO ADVENTO

6 de dezembro

Preparar-se para a vinda do Senhor

I. Introdução geral

Preparar o caminho do Senhor é o centro do anúncio de João Batista. A conversão exige empenho pessoal, mas ela é impulsionada por Deus, que é capaz de realizar em nós a mais profunda transformação. Essa transformação tem como ponto central a vivência sempre crescente do amor.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 3,1-6)

O texto do evangelho tematiza a missão do Batista. A referência à história profana, com a qual a narrativa se inicia (v. 1-2a), não é sem significado. A história não é estranha ao agir de Deus. Deus age nela e através dela. Considerando-a atentamente, portanto, pode-se destrinchar, de modo mais ou menos evidente, a providência e o domínio absoluto de Deus. A história humana, porém, por si mesma é ambígua e só pode ser avaliada em profundidade à luz de Deus. Por isso, Deus

envia sua Palavra (v. 2b). João Batista é apresentado como um profeta, a quem foi dirigida a Palavra de Deus (cf. Os 1,1). É essa, e só essa Palavra que ele transmitirá.

O conteúdo dessa Palavra é o “batismo de conversão para a remissão dos pecados” (v. 3). Trata-se de uma imersão ritual para significar a prontidão para a conversão (cf. v. 8.10-14), para a reestruturação da vida conforme as exigências de Deus. Converter-se não é somente mudar de rumo, mas andar em sentido contrário ao escolhido até então, retornando ao Senhor do qual se estava afastado. Como fruto da conversão, está a remissão dos pecados. A “conversão para a remissão dos pecados” é uma frase muito utilizada por Lucas para falar da obra salvífica de Jesus; é um modo sintético de apresentá-la (cf. Lc 24,47; At 2,38; 10,43; 26,17-18). O ministério de João Batista prepara a obra de Jesus, predispondo seus ouvintes a acolhê-la.

A missão de preparar o caminho do Senhor (v. 4; cf. 1,16-17.76-77) é apresentada pela citação de Isaías. Em Is 40,3-5, o Senhor virá para fazer retornar os judeus de Babilônia à sua terra. Ele mesmo os conduzirá e sua vinda coincide com a salvação esperada. Para isso, é necessário abrir os acesos, retirar os obstáculos (v. 4b-5). O caminho a ser preparado é o próprio coração, a própria consciência, a própria vida. Isso anuncia João Batista, à luz do que Deus lhe falou. Onde alguém ouve a Palavra de Deus e se deixa interpelar por ela, ali começa uma missão salvífica para este mundo. Por meio dessa pessoa, Deus opera.

A Palavra de Deus é proclamada no deserto (v. 4a). O deserto é lugar de solidão, de instabilidade, de falta de segurança. É onde, vazia de tudo, a pessoa só pode contar com o auxílio de Deus. Ao mesmo tempo (e por esse fato), é lugar do encontro “face a face” com Deus, sem subterfúgios. É o lugar onde Deus fala e, no silêncio, pode-se fazer ouvir. A partir



desse encontro pessoal, é lugar do início de nova relação de comunhão (cf. Os 2,16).

A mensagem de João Batista é, na perspectiva de Lucas, endereçada não somente aos judeus, mas também aos pagãos (v. 6). “Ver a salvação” é experimentá-la realmente; isso ocorre se o caminho foi preparado. A conversão e a consequente salvação são, assim, respectivamente, chamado e oferta de Deus a todo ser humano. Já não há nenhum privilégio religioso: judeus e pagãos estão na mesma condição de destinatários da salvação.

Advento é ir ao encontro do Senhor que vem como Salvador, que pede e deseja nosso retorno a ele, para o encontrarmos no deserto da vida e, face a face, sempre de novo, entrarmos em comunhão com ele. É tempo de preparação do caminho de nossas consciências para o Senhor que veio, vem a cada momento e virá.

2. I leitura (Br 5,1-9)

O texto de Br 5,1-9 pertence à quarta parte do livro de Baruc (4,5-5,9), que contém súplicas de Jerusalém a Deus pelo perdão e pela libertação dos exilados na Babilônia (4,5-29), às quais se seguem duas palavras proféticas que prometem a restauração da cidade santa (4,30-37; 5,1-9). O texto da liturgia de hoje corresponde à segunda palavra profética. São palavras de consolo, que descrevem a glória da Jerusalém restaurada e a volta jubilosa dos exilados.

A primeira parte do texto (v. 1-4) apresenta a mudança da sorte de Jerusalém (do exílio babilônico para a volta à terra). A transformação aparece primeiramente em duas imagens: tirar os sinais de luto e vestir os sinais da glória. Glória é uma realidade própria de Deus que transparece no mundo criado e na história: é a santidade de Deus tornada visível (cf. Sl 18/19,2: “os céus narram a glória de Deus”). Que Jerusalém se revestirá de glória significa, assim, que a santidade de Deus se manifestará tão plenamente na cidade eleita, que, por

meio dela, será contemplado algo da santidade de Deus. Deus faz Jerusalém participar de sua própria santidade. Essa realidade é retomada na imagem do “manto de justiça”. Justiça, no Antigo Testamento, é, em última instância, a correspondência entre uma realidade e sua medida. Vestir o manto de justiça indica então que Israel corresponderá totalmente à medida que Deus tem para ele em seu desígnio, seu plano de salvação. Isso se concretizará na vivência dos mandamentos. Glória e justiça não serão fruto do empenho dos fiéis, mas exclusivamente dons de Deus (v. 1.2.4: “vem de Deus”).

Completa essa descrição a mudança de nome. O novo nome mostra em que se tornará a Jerusalém renovada: paz da justiça (relembrando o nome Jerusalém, que, em hebraico, contém em si a palavra *shalôm*, “paz”: *yerushalaim*) e glória da piedade (demonstrando a profunda veneração diante da majestade de Deus).

A segunda parte do texto descreve o retorno dos exilados (v. 5-7). Jerusalém é chamada a olhar para o Oriente e ver sua população retornando. O retorno é marcado pela alegria (v. 5) e pela glória (v. 6). É Deus mesmo que prepara o caminho para que Israel possa voltar “com segurança e na glória de Deus” (v. 7). Deus é guia dos que retornam, como a nuvem luminosa o foi para o povo do êxodo (cf. Is 40,3-4; Ex 13,21-22).

A terceira parte (v. 8-9) indica que o caminho do retorno contará com a proteção de Deus, que aparece na imagem da sombra (cf. Sl 90/91,1) de árvores que, obedecendo ao Senhor, evitarão que os exilados sejam molestados pelo sol (v. 8). Isso se explica (v. 9) porque Deus conduzirá Israel. Quatro qualificativos marcam seu agir: de um lado, a alegria e a luz da glória (que retomam o início do texto) e, de outro, a misericórdia e a justiça que ele outorga.

O texto, anunciando assim a restauração do povo eleito, mostra que o grande protago-



nista é Deus. É ele quem realiza a salvação, e o faz de modo glorioso. Todo passado foi superado (v. 1.6); haverá somente júbilo. Os próprios atributos divinos (glória e justiça) serão dados a Jerusalém. Deus prepara o caminho, cria as condições e restaura Israel. Tudo se concentra na ação divina.

Sempre a obra de Deus em nossa vida é absoluta iniciativa e gratuidade sua. No evangelho de hoje, contudo, é posto em maior evidência que essa obra gratuita de Deus usa e exige a generosa cooperação da criatura agraciada. Embora tudo tenha iniciativa na ação de Deus, que, enviando sua Palavra a João, cria as condições para que a conversão se realize, o Batista deve, por sua pregação e pelo batismo, preparar os corações. Exige-se o empenho humano. O povo deve se converter e o pode fazer porque Deus está aberto a recebê-lo de novo.

3. II leitura (Fl 1,4-6.8-11)

No início da carta aos Filipenses, são Paulo reza pela comunidade. O motivo de sua oração é a alegre constatação de que os filipenses têm colaborado fielmente na difusão do evangelho, desde que o acolheram (v. 5), seja por sua atividade missionária, seja pela ajuda material que deram a Paulo (cf. 4,15-16). Tal fato leva o Apóstolo à convicção de que o Senhor, que é fiel, não deixará cair no vazio o empenho até agora feito. Ele dará ainda a graça de perseverar até o fim, quando o Cristo consumir sua obra (o “dia de Cristo Jesus”), num crescendo que a levará à perfeição (v. 6).

Paulo invoca então o testemunho de Deus para afirmar sua estima pelos filipenses. Para com aqueles que se dedicam ao mesmo ideal da evangelização, Paulo nutre uma religiosa e profunda estima, que tem sua origem, seu modelo e seu motor no próprio coração de Jesus Cristo (v. 8). Sua prece (v. 4) concretiza-se, então, na súplica para

que o amor que move a comunidade cresça sempre mais. Conhecimento e sensibilidade (v. 9) são duas características do amor que o impedem de ser simples afeição passageira e superficial. O amor deve ser iluminado pelo conhecimento e por delicado sentimento, que o façam a um só tempo reflexivo e cheio de ternura espiritual. Esse amor conduz ao discernimento, torna mais sutil a capacidade de avaliar e distinguir entre o bem e o mal (v. 10). Crescendo nesse amor cristão, os filipenses chegarão ao dia do Senhor “puros e irrepreensíveis”, ricos de frutos de santidade, de boas obras. Desse modo, chega à perfeição a obra que Deus iniciou (v. 6) e que é realizada por Cristo Jesus (v. 11).

A oração do Apóstolo desemboca, então, numa doxologia: tudo isso é para a glória e o louvor de Deus. A salvação final e a glorificação de Deus, realizadas por meio de Jesus Cristo, são a meta para a qual tendem os fiéis.

Colocado no segundo domingo do Advento, esse trecho da carta aos Filipenses indica como, vivendo em atitude de constante conversão, podemos preparar o caminho para o Senhor que vem (cf. evangelho).

III. Pistas para reflexão

- Como minha comunidade e cada um em particular estão contribuindo para a evangelização? Sei/sabemos considerar os desafios da história e iluminá-la com a Palavra do Senhor?

- Como crescer no amor, preparando assim nossa consciência para o Senhor, que deseja vir sempre mais plenamente em nossa vida? Estou consciente de que tudo é obra de Deus e, ao mesmo tempo, empenho sério de conversão?

- Procuro estar “face a face” com Deus, esvaziando-me de mim mesmo para acolher a ele, que deseja renovar sua glória e sua justiça também na minha vida?



3º DOMINGO DO ADVENTO

13 de dezembro

A alegria e a esperança na expectativa do Senhor

I. Introdução geral

O terceiro domingo do Advento apresenta as exigências concretas para recebermos o Senhor que vem. A expectativa de sua vinda é dominada pela alegria, pois ele já venceu e eliminou todo o mal. Vivemos hoje na esperança da plena realização, na história, dessa sua obra.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 3,10-18)

O texto do evangelho de hoje é parte da pregação de João Batista e concretiza a conversão a que ele chama (v. 3-5: cf. o domingo precedente). Os v. 10-14 tematizam o aspecto ético; os v. 15-17, o messiânico-cristológico.

Nos v. 10-14, as exigências da conversão não consistem no oferecimento de sacrifícios ou na realização de rituais (jejuar, vestir-se de saco, cobrir-se de cinzas), que foram já criticados pelos profetas, caso não correspondessem ao amor realizado em atitudes de justiça (cf. Is 58,1-12; Jl 2,12-14). Também não é mencionada nenhuma conduta ascética. São apresentados três aspectos da vida diária como resposta à pergunta, típica de Lucas, que manifesta a conversão: “Que devemos fazer?” (v. 10.12.14; cf. At 2,37; 16,30; 22,10).

O primeiro refere-se à pergunta das multidões. Mesmo os elementos fundamentais à

vida – a túnica para vestir-se, o alimento para a própria subsistência – devem ser repartidos com aqueles que deles carecem.

O segundo e o terceiro dizem respeito a duas profissões específicas, conhecidas pela facilidade com que podem ser exercidas de modo corrupto. São os coletores de impostos e os soldados judeus empregados no serviço de Herodes Antipas, tetrarca da Galileia (que a atividade do Batista seja ali especialmente desenvolvida, cf. 3,19-20). Não se trata de deixar de exercer tais ofícios, mas de exercê-los com honestidade. No contexto da pregação de João, situada entre os v. 7-9 e 15-17, essas palavras carregam o mesmo tom escatológico. A maneira de conduzir a vida atual, na justiça e no amor, tem consequências escatológicas.

Os v. 15-17 apresentam, como resposta à reação do povo ao seu anúncio, a pregação de João sobre a identidade do Messias. Desde o tempo do exílio babilônico, quando cessou a monarquia em Jerusalém, desenvolveu-se, à luz da promessa de Natã a Davi (cf. 2Sm 7,14-17), a esperança de que Deus restauraria a dinastia davídica. No livro de Daniel (meados do século II a.C.), fala-se explicitamente de um “príncipe ungido” que virá (Dn 9,25). Nos últimos séculos antes de Cristo, desenvolveram-se muito as expectativas messiânicas em Israel. Isso permite compreender a interpretação que a multidão faz da pregação de João. Este, no entanto, deixa entrever em suas palavras não ser ele o Messias. E indica suas características. Ele é:

– *Aquele que vem.* Lucas não diz que vem “depois” (cf. Mc 1,7), para que Jesus não seja confundido com um discípulo do Batista;

– *O mais forte.* João nem é digno de lhe prestar o serviço humilde de um escravo;

– *O que batiza com o Espírito Santo e com o fogo,* enquanto o batismo de João é com água.

Definindo Jesus, João apresenta-se como o profeta que anuncia imediatamente a vinda do Messias escatológico.



A água no batismo de João é sinal da conversão em vista da purificação (a remissão dos pecados). O batismo de Jesus é caracterizado pelo fogo, que também purifica, mas o faz porque comunica o Espírito Santo. Fogo e Espírito estão associados na cena do dia de Pentecostes (cf. At 2,3-4). O fogo destrói aquilo que, diante de Deus, não tem valor (a palha: v. 17). A imagem do v. 17 expressa o julgamento escatológico, discernindo bons e maus: Jesus limpará a sua eira e recolherá o trigo: imagem da purificação dos fiéis e sua salvação; e queimará a palha no fogo sem fim. No batismo trazido por Jesus, antecipa-se o julgamento final de Deus, com a eliminação do que não se coaduna com o evangelho e com a salvação para aqueles que o acolhem.

O v. 18 conclui o texto, retomando a missão de João Batista como anunciador da Palavra.

2. I leitura (Sf 3,14-18a)

O texto de Sofonias é um oráculo de salvação que se inicia com um convite à alegria (v. 14), ao qual se segue sua motivação: Deus agiu em favor de Jerusalém (v. 15), de modo que nova realidade terá lugar (v. 16-18a).

O convite à alegria é enfático, ao ser apresentado quatro vezes (rejubila-te, grita de alegria, alegra-te, exulta). Trata-se de uma alegria que brota do interior, mas se manifesta também exteriormente, pela voz e outros sinais (cf. Is 55,12; Jr 50,11).

O motivo para tanto é primeiramente que Deus revogou a sentença que pesava contra Jerusalém, aquela com que ele a ameaçara (cf. 3,1-2). E o fez retirando de seu meio os responsáveis pelos desvios da cidade santa (cf. 3,3-4.11: príncipes, juizes, profetas e sacerdotes iníquos, ou seja, os orgulhosos aproveitadores, os dirigentes que se transformaram em inimigos).

Uma vez *limpada a eira* (cf. Lc 3,17), Deus se estabelece no seio do povo. Já não haverá um rei davidico, mas o próprio Se-

nhor será o rei de Jerusalém. Eliminando as classes dirigentes corruptas e tendo anulado o juízo contra Sião, chegou para ela o tempo de salvação. Ela não deverá mais temer o mal, isto é, tudo o que anteriormente ocorreu em virtude dos desmandos de seus chefes.

Descreve-se então o novo estado de Jerusalém em virtude da intervenção de Deus. Agora não há mais lugar para o temor, só para a alegria. Aqueles que se encontram desencorajados, sem força, por efeito do medo, são chamados a recobrar o ânimo. A garantia é dada por Deus, que, forte, está no meio do povo como um guerreiro que o liberta. Mas não só: não é somente Sião que se alegra (v. 14); o próprio Deus se alegra por causa da cidade santa. Mostra, assim, a grandeza de seu amor por Jerusalém, causa última de sua renovação.

O evangelho de hoje apresenta Jesus como o mais forte que vem. Ele é o Senhor que purifica e renova seu povo e que “está no meio de nós”.

3. II leitura (Fl 4,4-7)

O Apóstolo convida a alegrar-se sempre, em todos os momentos e situações. O motivo da alegria não são os acontecimentos exteriores que motivam (ou não), em última instância, a alegria cristã, mas o Senhor e o que, em nosso favor, ele realizou e realiza (v. 4).

Tal alegria manifesta-se exteriormente em gestos de bondade. A perspectiva da próxima vinda do Senhor corrobora o convite à alegria e lhe dá nova motivação (v. 5). Se essa é a alegria cristã, então todas as adversidades se tornam relativas. Em vez de se deixar dominar pela inquietação, o cristão as expõe a Deus na oração (v. 6).

Essa entrega confiante nas mãos do Pai é então portadora da paz que vem de Deus. A paz é um modo de falar da salvação em sua realização concreta (cf. 2Cor 13,11; 1Ts 5,23). Mesmo sem compreender tudo, crendo no amor providente de Deus, o fiel se sabe guar-



dado da inquietude e da angústia. Na paz-salvação que vem de Deus encontra forças (v. 7).

A vinda do Senhor – sua primeira vinda, como também a segunda – é motivo de alegria e paz e é capaz de vencer todas as ameaças desta história.

III. Pistas para reflexão

- Estou consciente de que minhas escolhas na vida diária, meu relacionamento com o próximo, meu agir na sociedade devem ser pautados não só por exigências éticas, mas também, por meio delas, pela consideração do valor escatológico que cada ato humano tem?

- É a alegria no Senhor fonte de paz para nossa vida? Ela transborda em amabilidade no trato mútuo, de modo que a comunidade cristã possa ser reconhecida como comunidade de amor?

- Como o cristão é capaz de dar alegria e esperança em nossa sociedade tantas vezes marcada pela inquietação, pelo medo, pela angústia, pela falta de perspectivas de uma imediata renovação?

4º DOMINGO DO ADVENTO

20 de dezembro

Maria, a Mãe do Príncipe da Paz

I. Introdução geral

Maria é a Mãe bendita do Senhor. Por sua fé, vivida em profundidade, ela é realmente modelo dos cristãos. Pela missão que recebeu de ser Mãe da humanidade, ela intercede para que o plano de Deus se realize em nossa vida. Esse é um plano de amor que – por meio do Filho encarnado, que assumiu a história com todas as suas contradições – traz a todos o perdão, a comunhão com Deus.

Cumpre-se, assim, a profecia de Miqueias acerca de um chefe que instaurará a paz.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Mq 5,1-4a)

O texto apresenta, no v. 1, uma promessa. Surgirá de Belém, de Éfrata, um novo chefe. Éfrata é um clã da tribo de Judá que habitou na região de Belém (cf. Gn 35,19; 48,7; Js 15,59); por vezes, substituiu o nome da aldeia de Belém. Enfatiza-se a pequenez desse lugar, que contrasta com a grandeza da cidade de Jerusalém (cf. Mq 4,2) e com a dimensão da promessa que lhe é feita. Como Belém é a cidade de origem de Davi (cf. 1Sm 16,1-23; 17,12-31), o novo dirigente é descendente desse grande rei. Sua origem antiga é uma referência ao início da dinastia davídica, pertencente já a um passado longínquo.

Nos versículos que seguem, o profeta comenta esse anúncio de Deus. O novo chefe não é chamado de “rei”, mas de “dominador”. Com isso, embora filho de Davi, distancia-se dos reis daquela dinastia, tantas vezes infiéis ao Senhor. A relação desse chefe com Deus aparece na expressão “para mim”, que muitas vezes indica submissão. Ele obedecerá ao Senhor, realizará seu desígnio. O novo chefe governará em nome de Deus, com seu poder; será seu representante. Seu poder será universal, de acordo com as expectativas para o reinado do filho de Davi (cf. Sl 2,8; 71/72,8). Por intermédio dele, o povo se estabelecerá estavelmente no país, vivendo em segurança e bem-estar. Ele é o instrumento de Deus para trazer a paz, a plena realização, ao povo eleito (cf. Is 9,6; Zc 9,10) (v. 3).

A restauração pertence a um futuro indeterminado, advirá após um tempo de provação, quando o povo eleito ficará entregue às suas próprias forças e decisões (v. 2). A



mudança de situação ocorrerá quando uma parturiente der à luz (v. 2). Mq 4,10-11 chama Jerusalém de “parturiente”, que sofre dores de parto ao ir cativa para Babilônia; depois ela retornará. Se a parturiente de 5,2 é a cidade de Jerusalém, então primeiro os judeus serão de lá libertados, para depois terem lugar a promessa do novo chefe davídico e a reunião dos exilados com os judeus que ficaram na terra (ou a reunião do antigo reino do Norte com o reino de Judá). Outra interpretação entende que a parturiente é a mãe do chefe prometido, descendente de Davi. O texto estaria relendo a profecia do Emanuel (cf. Is 7,14) e aplicando-a a um tempo posterior. A tradição cristã viu nas características desse chefe prometido e na missão que lhe é outorgada a figura de Jesus (cf. Mt 2,6; Jo 7,42). Identificou, assim, a parturiente com sua Mãe. É nesse sentido cristológico que o texto tem lugar na liturgia de hoje. Ele fala do “Senhor”, do qual Maria é mãe (cf. Lc 1,43).

2. Evangelho (Lc 1,39-45)

Os protagonistas da cena são as duas mulheres. Seus filhos, porém, estão presentes e exercem também papel importante. João salta (de alegria, v. 44), e isso tem um efeito em sua mãe, que fica repleta do Espírito (v. 41). Jesus é aquele que indica quem é Maria: ela é a mãe do Senhor (v. 43); ela é “bendita” porque seu filho é “bendito” (v. 42).

Das duas mulheres, Maria é posta em evidência, e isso sob vários títulos:

Maria é “bendita entre todas as mulheres” (v. 42), uma expressão semita que expressa que ela é *abençoadíssima*.

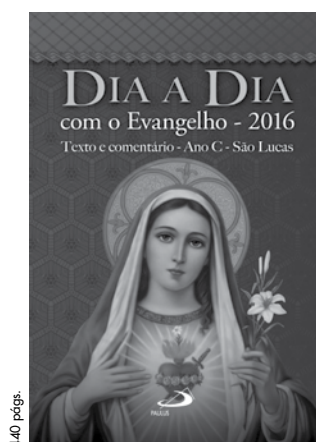
Sendo “mãe do Senhor”, ela é implicitamente apresentada como mãe de Deus, já que o nome “Senhor” substituiu, na tradição judaica, o nome santo de Deus revelado a Moisés (cf. Ex 3,14).

Sua palavra a Isabel comunica algo mais que uma simples saudação. Tem como efeito

Dia a dia com o Evangelho 2016

Texto e comentário - Ano C -
São Lucas

Padre Luiz Miguel Duarte



Dia a dia com o Evangelho traz o trecho do Evangelho de cada dia lido na liturgia, acompanhado de uma reflexão, centrada no texto bíblico ou no tema da liturgia do dia. Este livro quer ser um instrumento de oração e contemplação, em vista de uma união mais estreita com Jesus. Dia a dia com o Evangelho é um auxílio precioso para que, no cotidiano cada vez mais marcado pela pressa, nossas irmãs e nossos irmãos possam sentir a presença de Cristo e assim animar-se na missão de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. As palavras aqui escritas possam se tornar vida!

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





primeiro o salto *de alegria* de João no ventre da mãe. Não se trata de um movimento natural, mas da manifestação daquela alegria que, no Evangelho de Lucas, indica a chegada da salvação (cf. Lc 2,10). Por isso, entende-se que Isabel tenha sido tocada pelo Espírito (v. 42). Não se diz qual foi a saudação de Maria. Importa tão somente que sua palavra comunica uma realidade salvífica. É sua presença, sua voz (v. 44), e não o conteúdo de suas palavras, que produzem esses efeitos em João e Isabel. Pois é a saudação da “cheia de graça” que traz consigo o Senhor (cf. 1,28).

Ela é aquela que acreditou. Isso a define em relação a Deus. O anjo comunicou a mensagem divina, e ela creu (v. 38), aceitou a palavra, mesmo de algo impossível humanamente. A fé é entrega à Palavra de Deus com a certeza de que ela não falhará, pois Deus é veraz e fiel. Ela se inicia no presente, mas olha para o futuro (“porque... será cumprido”, v. 45). Por isso, a fé compromete a pessoa inteira. Toda a vida de Maria recebe agora novo rumo. Tudo estará concentrado nesse Filho que ela concebeu, dará à luz, seguirá até a cruz. E, após a ressurreição, ela acompanhará os discípulos de seu Filho, a Igreja nascente (cf. At 1,14).

No quarto domingo do Advento, às portas da celebração do Natal, a Igreja nos faz voltar os olhos para contemplar a Mãe de Deus, em sua grandeza e simplicidade, como aquela que colaborou com todo o seu ser no plano de Deus para a humanidade inteira. Ela se torna, assim, ícone, modelo para aqueles que celebram a vinda do Senhor. Rememorando o nascimento de Jesus na história humana, eles vivenciam sua vinda na sua própria consciência e no coração deste mundo, na expectativa da consumação final do Reino.

Maria, porém, não é somente modelo exterior para o cristão. Como nossa mãe na fé (cf. Jo 19,27), ela colabora para que sejamos moldados à imagem de seu Filho (cf. Rm 8,29), sendo ela mesma a primeira imagem dele.

3. II leitura (Hb 10,5-10)

Confrontando os sacrifícios da Lei com o sacrifício de Cristo, a carta aos Hebreus mostra, nessa passagem, a superioridade deste último. Os sacrifícios da antiga Lei não eram capazes de eliminar realmente o pecado; com efeito, uma vez que as vítimas eram animais (ou outros bens criados), os sacrifícios não comprometiam o ser humano em seu íntimo. Além disso, entre o animal imolado e Deus não se podia verdadeiramente estabelecer uma comunhão. Os sacrifícios eram representações da entrega que o ser humano queria fazer de si mesmo a Deus.

O sacrifício de Cristo, ao contrário, realiza o perdão e a comunhão de modo definitivo. Porque:

É um sacrifício que engajou a consciência, o coração do Verbo encarnado. É expressão de sua obediência absoluta ao Pai: “Vim, ó Deus, fazer a tua vontade” (v. 7.9; cf. Jo 6,38; Lc 22,42). Por isso é aceito, pois realiza o plano de Deus, a sua *vontade*, que é o determinante no ato cultual e o que garante que o sacrifício atinja sua finalidade (v. 10).

Ele inclui todo o ser: surge do amor do Verbo e abarca a humanidade de Cristo, incluindo a realidade de seu corpo (seu ser histórico todo): “não quero sacrifício e oferenda... mas me formaste um corpo” (v. 5). Graças à humanidade assumida pelo Filho de Deus, graças à encarnação, pôde ser oferecido ao Pai o sacrifício que redime a relação entre o ser humano e Deus. Sendo então uma oferta perfeita, que cumpre totalmente a vontade, o desígnio, do Pai, realiza a santificação do gênero humano – e isso uma vez para sempre, sem precisar ser repetido (v. 10).

Às portas do Natal, Hb 10,5-10 nos lembra que aquele Senhor que celebramos em seu nascimento é o Filho que se fez homem para, tornando-se um de nós, oferecer ao Pai o culto de verdadeira adoração, de louvor e expiação. Sua vinda na carne é obediência ao plano de amor do Pai (cf. Jo 3,16). E, entrando num



mundo marcado substancialmente pelo pecado, ele se oferece como sacrifício de perdão. Restabelece, assim, a comunhão quebrada e a paz.

III. Pistas para reflexão

- Como posso/podemos colaborar para que a obra do Messias, de estabelecer um reinado de paz na terra, chegue até os confins deste mundo, ao âmago de nossa sociedade e das consciências de nossos irmãos?

- Que importância tem Maria na minha vida pessoal e de minha comunidade? Que relação tenho com a Mãe do Senhor? Como ela pode ser para mim espelho?

- Sei interpretar a vinda do Filho de Deus a esta história dentro do plano do Pai que tanto amou o mundo?

Os roteiros homiléticos para o Natal do Senhor (missa da noite e missa do dia) podem ser acessados no *site* vidapastoral.com.br.

SAGRADA FAMÍLIA

27 de dezembro

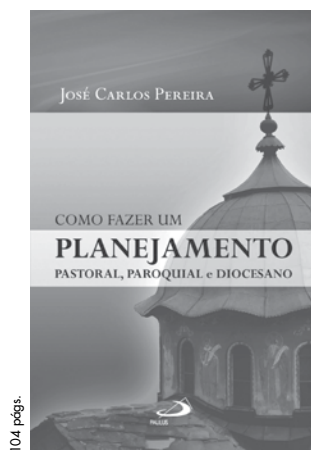
A família, comunidade que vive amor e compromisso

I. Introdução geral

Os textos de hoje acentuam as relações familiares. Estas devem estar fundamentadas no amor que vem de Deus, para que a família possa realmente ser comunidade onde cada um é amado e respeitado. Fundamental para

Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano

José Carlos Pereira



A grande demanda da Igreja hoje é para a renovação das estruturas de nossas paróquias, de modo a passar de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária, mais acolhedora e fraterna, formando verdadeiras comunidades, resultado de conversão e de bom planejamento pastoral. A proposta deste livro é ajudar dioceses e paróquias, com indicações práticas, a elaborar o seu planejamento pastoral.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





a própria sociedade, a família assim alicerçada contribui de modo essencial para a harmonia e a construção da vida humana.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 2,41-52)

Os pais de Jesus são judeus piedosos, observantes da Lei, que peregrinam a Jerusalém (cf. Ex 23,14-17) e conduzem seu filho. Entre 12 e 13 anos, o menino deveria começar a observar os mandamentos mais sérios. Maria e José são solícitos com o menino. Mas a peregrinação era feita em grupos, normalmente de parentes, que poderiam ser numerosos. Daí a possibilidade de os pais suporem que Jesus estivesse com as outras crianças e adolescentes da família.

Por que Jesus ficou em Jerusalém? Não foi mero ato de independência de um adolescente. No entanto, trouxe preocupação a seus pais. É Maria quem o interroga (não José). Ela procura entender; ao mesmo tempo, sua pergunta tem um tom de dor, de angústia e exigência materna. Ela não esperava tal ato de Jesus: “Meu filho...” (v. 48). E não fala só de sua parte: há grande compreensão entre Maria e José, e os dois sofrem juntos: “por que fizeste assim conosco?” Ela reverencia José, mencionando-o primeiro: “teu pai e eu” (v. 48).

A resposta de Jesus mostra uma surpresa e, ao mesmo tempo, uma distância. Não de rebeldia; adolescente, ele era obediente a seus pais (v. 51). Mas deixa claro que sua vida já na adolescência está marcada pelo absoluto da vontade do Pai: “devo... meu Pai” (v. 49). A essa vontade Jesus nada pode antepor. O que mais tarde dirá aos discípulos, propondo-se como referencial para eles, é o que já vive antes em sua relação com seus pais, subordinando-a ao Pai: “Quem amar pai e mãe mais do que a mim...” (Mt 10,37). Sua resposta opõe o “teu pai” (José) ao “meu Pai”.

Ele reconhece José como seu pai (jurídico), presta-lhe obediência, mas seu Pai real é aquele que é o senhor do templo, onde ele permanece. Poder-se-ia dizer que as duas formas de obediência não estão desligadas entre si. Jesus se submete a seu pai adotivo porque reconhece acima de si a vontade do Pai. A autoridade dos pais sobre os filhos e a obediência destes são reflexo da paternidade de Deus e da nossa filiação divina.

Abrigado por seus pais, Jesus desenvolve-se humana e espiritualmente, até chegar o momento do início de sua missão pública (v. 52).

A família é comunidade de amor, de estima mútua, onde Deus é o referencial para todos, Deus e seu amor. É escola de amor, de autossuperação, de fidelidade aos compromissos assumidos, de desenvolvimento humano e espiritual. Hoje, infelizmente, é tão comum o drama de famílias que sofrem pela separação dos pais ou pela conduta dos genitores, prejudicial à comunidade do lar. Diante disso, cabe a nós, primeiramente, oferecer o auxílio de nossa oração, seja pelos que se preparam para constituir família, seja pelas famílias que sofrem, pelos filhos e pelos cônjuges. Todos podem contar com o apoio da família de Nazaré. Além disso, cabe à comunidade eclesial apoiar as famílias para que se desenvolvam sempre mais no amor, possam superar dificuldades, restaurar os elementos fraturados, renovar o compromisso e o dom recíproco.

2. I leitura (Eclo 3,3-7.14-17a)

O texto é dirigido a pessoas adultas, que devem observar a Lei. Trata do cuidado para com os pais, especialmente os idosos. O amor e o dever de cuidar não cessam quando o filho se torna emancipado da família de origem, mas permanece o dever de gratidão. A principal atitude inculcada no texto é a de “honrar” os pais. Um dos dez mandamentos (cf. Ex 20,12; Dt 5,16) é aqui concretizado e explicitado, evocando a ternura que deve reinar na família.



No plano humano, quem honra os pais terá alegria com os próprios filhos (v. 5). No plano religioso, o amor aos pais perdoa os próprios pecados (v. 3.14-15); quem os honra será atendido quando rezar (v. 5.15). A relação com os pais toca em Deus: quem os honra, os venera, honra a Deus (v. 7). Por quê? Os filhos são dados por Deus e por isso devem agradecer a vida a Deus, honrando, respeitando, amando seus pais.

Atualmente, a idade avançada, mais frequente que no passado, traz consigo também o desafio do amor gratuito, quando os pais não podem mais, humanamente, oferecer uma recompensa. É então o momento de os filhos, não sem sacrifícios, oferecerem o conforto de sua presença, o consolo de seu sincero amor filial e a disposição de propiciar-lhes um envelhecimento digno e minorar seus sofrimentos. Tal tarefa é exigente, e só se consegue levá-la adiante com êxito se vivida com o amor que vem de Deus.

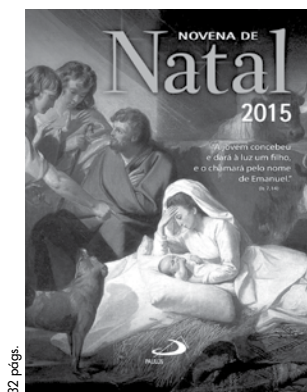
3. II leitura (Cl 3,12-21)

O texto traz exortações à comunidade cristã e uma orientação para os relacionamentos familiares. A primeira parte, exortativa, põe a ênfase no amor fraterno. O acento está na reciprocidade do amor e em suas manifestações concretas: bondade, compaixão, humildade, mansidão, longanimidade, um elenco de virtudes que exigem grande empenho pessoal (v. 12). Para tanto, porém, há forte motivação. O motivo último do amor não é jamais o próximo (o que ele é, o que fez ou não a mim etc.), mas a nova condição do cristão: Deus me santificou, me escolheu, me amou. Amo porque me sei amado, primeiro, e porque Cristo recriou meu ser. Posso, assim, viver a caridade que vem do Cristo, o amor paciente, humilde, que não guarda rancor, que “tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (cf. 1Cor 13,4-7).

Nessa história, o amor conhece os limites das pessoas e dos relacionamentos humanos.

Novena de Natal 2015

Danilo Alves Lima / Francisco Galvão /
Padre Luiz Miguel Duarte



32 págs.

O Natal se aproxima. Enquanto renovamos a esperança de crescermos na fé em Deus e na solidariedade com os irmãos e irmãs, nosso coração se alegra pelo bem realizado ao longo deste ano. O Natal nos predispõe a vivermos de modo intenso os valores que agradam a Deus e dão sentido à nossa existência do dia a dia: o perdão, a vida fraterna, o sofrimento, o bom uso dos novos meios de comunicação, o nosso compromisso com a Igreja. Tudo isso iluminado pela Palavra de Deus, neste ano que o papa Francisco dedica à Vida Consagrada. Nesta Novena de Natal contamos com a animadora presença de Maria, mãe de Jesus e nossa mãe. Que ela nos prepare e conduza até seu Filho Jesus.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Por isso, faz parte do amor suportar-se mutuamente e perdoar. Também aqui o motivo é transcendente: perdoar como o Senhor perdoou (v. 13). E como ele o fez? Perdoou totalmente, sem exigir nada, a não ser a abertura e o acolhimento. Um perdão gratuito, sem limites, no qual não se contam quantas vezes se perdoou (setenta vezes sete!). O perdão expressa de modo particular o amor: é o amor que persiste dando, doando, *per-doando*. E, assim, o amor supera qualquer expectativa e constitui a união máxima entre seres por vezes tão diferentes. É ele que mantém a comunidade unida e a leva à perfeição (v. 14). A paz, que é dom de Cristo, surge então como consequência dessa vivência recíproca do amor. Sendo Deus a fonte de todo amor, cabe ao cristão, que vive nesse amor, agradecer a Deus (v. 15).

A segunda parte da exortação frisa a importância de ter uma vida modelada pelo evangelho. A Palavra de Cristo, seu evangelho, deve habitar no cristão como num santuário (v. 16). Se é assim, na comunidade os membros se edificam mutuamente: pela instrução mútua; pela celebração em conjunto (salmos, hinos, cânticos), em ação de graças. Tudo isso transborda no falar e no agir, que têm sempre sua origem no Senhor e são feitos por causa dele (v. 16-17).

Os v. 18-21 concentram-se nas relações familiares. A família, parte da comunidade cristã, já deve viver aqueles valores expressos nas exortações dos v. 12-17. A carta não deixa completamente as categorias e modelos sociais de sua época, a marcada subordinação da esposa ao esposo e dos servos aos senhores (cf. 3,22-4,1). No entanto, já dá início a um movimento de superação desses condicionamentos culturais, ao permeá-los pelo evangelho. Des-

sa maneira, se a mulher devia estar subordinada ao marido, isso se deveria dar “como convém no Senhor” e não segundo um modelo social qualquer. Não se explica o que “convém no Senhor”, como se fosse coisa já conhecida pela comunidade. Mas as exortações ao amor mútuo feitas imediatamente antes oferecem indicações nesse sentido. De forma paralela, também os maridos devem “amar suas esposas”, um modo de falar que não era tão comum na época – e, mais, com o amor cristão delineado nos v. 12-15.

A mesma relação de amor recíproco deve permear o relacionamento entre pais e filhos (v. 20-21).

III. Pistas para reflexão

- Como nossa comunidade está sendo ou pode ser apoio para crianças, adolescentes e jovens que sofrem em suas famílias? Casais em dificuldade de relacionamento – e também em dificuldades de saúde, dificuldades financeiras...? Pais/mães em sua missão de educar e de formar de modo humano e cristão seus filhos? Os anciãos que não contam com o apoio de suas famílias? Pais ou mães que assumem sozinhos, sem o cônjuge, a tarefa de conduzir seus filhos?

- Em que pontos minha família deve ser renovada pelo amor de Deus, a fim de que cresça como comunidade de amor que irradia a paz proveniente de Deus para a sociedade? Que passos dar no caminho dessa renovação?

- Como realizar a pastoral de adolescentes e jovens, a fim de que possam, com maturidade, assumir a futura vida matrimonial, os compromissos familiares e a educação dos filhos?



LITURGIA DA PALAVRA I

Reflexões para os dias de semana
Padre José Carlos Pereira
16 x 23 cm | 584 págs
cód.: 9788534936224



LITURGIA DA PALAVRA II

Reflexões para os domingos,
solenidades, festas e memórias
Padre José Carlos Pereira
16 x 23 cm | 488 págs
cód.: 9788534940412

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Neste Natal, nas compras acima de
R\$ 50,00 ganhe um livro para colorir.*

*Promoção válida de 26 de novembro a 26 de dezembro ou até o final do estoque dos brindes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

PAULUS,
dá gosto de ler!

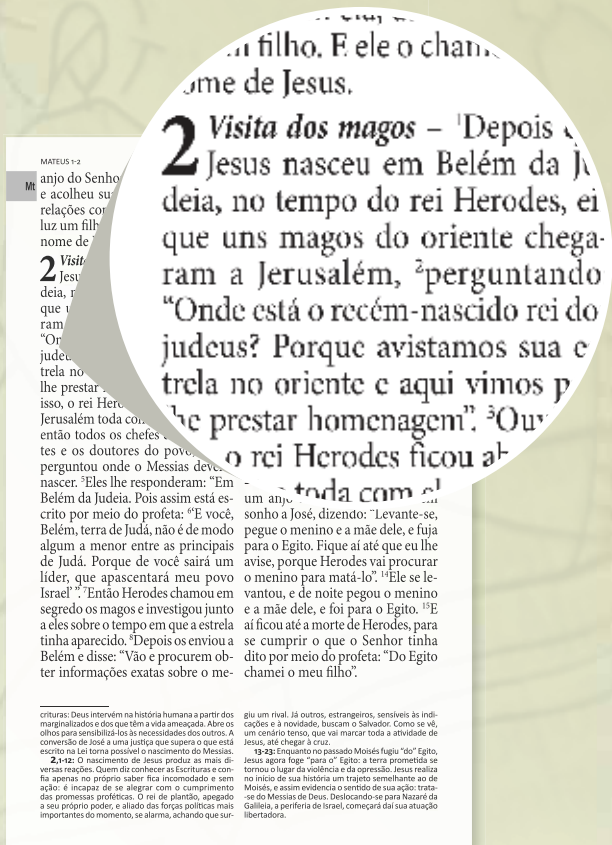
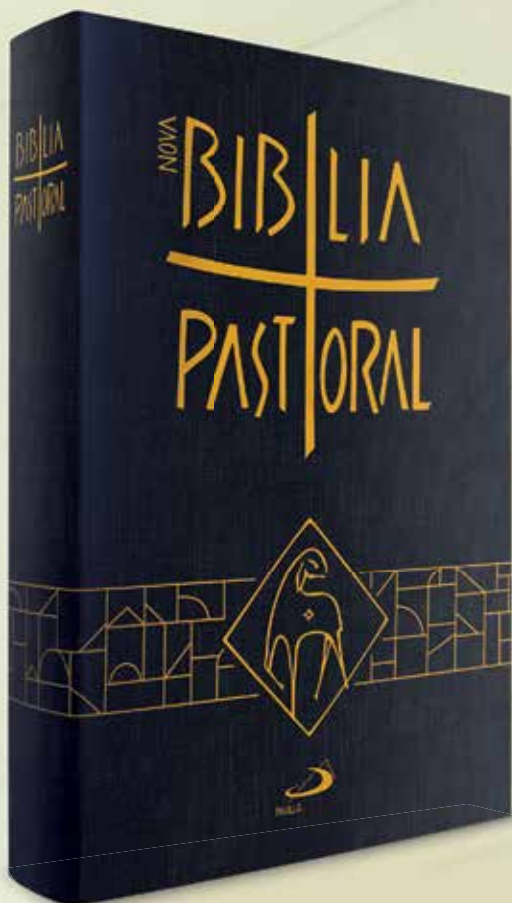
paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Nova Bíblia Pastoral

Agora também com letra **grande!**

Formato: 13,7 cm x 21 cm | 2.168 páginas



Mais conforto e praticidade na
hora de ler a Palavra de Deus.

A **Nova Bíblia Pastoral** é ideal para grupos de estudo, de oração, catequese. E para você, que a cada dia busca alimentar-se da Palavra de Deus.

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

